



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**A IDENTIDADE E O SOFRIMENTO POLICIAL MILITAR:
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

GILVAN GOMES DA SILVA

BRASÍLIA, 09 DE SETEMBRO DE 2011



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**A IDENTIDADE E O SOFRIMENTO POLICIAL MILITAR:
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

GILVAN GOMES DA SILVA

BRASÍLIA, 09 DE SETEMBRO DE 2011

GILVAN GOMES DA SILVA

**A IDENTIDADE E O SOFRIMENTO POLICIAL MILITAR:
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Antropologia, à Comissão Examinadora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Doutora Lia Zanotta Machado

Comissão Examinadora:

**Professora Doutora. Lia Zanotta (orientadora)
Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília**

**Professor Doutor Carlos Emanuel Sautchuk
Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília**

Brasília-DF, 09 de setembro de 2011

GILVAN GOMES DA SILVA

**A IDENTIDADE E O SOFRIMENTO POLICIAL MILITAR:
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Antropologia, à Comissão Examinadora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Doutora Lia Zanotta Machado

Comissão Examinadora:

Professora Doutora Lia Zanotta Machado (orientadora)

Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Professor Doutor Carlos Emanuel Sautchuk

Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Brasília-DF, 09 de setembro de 2011

HOMENAGEM

Aos meus pais, pelo esforço do meu pai José Jerônimo e pela dedicação da minha mãe Maria Lúcia, guerreira que, pelo seu exemplo de vida e amor mais que maternal, não me permiti desistir; sendo a minha primeira orientadora de como pensar a sociedade e como agir nos conflitos vividos e esperados. Agradeço às minhas irmãs Jeovânia, Gislene e Jaqueline pela ajudas “voluntárias” e pela paciência diária.

A Sheila, meu amor, pelas compreensões e apoio nos momentos de depressão e mau humor, caminhado lado a lado comigo e me orientando nas decisões mais difíceis.

Aos amigos que, de uma forma ou de outra, contribuem para a construção do meu conhecimento e me apoiaram, em especial os amigos Christyne Carvalho e Aluísio Junior.

À professora Lia Zanotta Machado por aceitado me orientar e propiciar a ajuda para o meu engrandecimento pessoal, acadêmico e profissional.

SILVA, G. Gomes da **A Identidade e o Sofrimento Policial Militar: Entre o público e o privado**. Brasília-DF, Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia (Trabalho Final de Curso), 2011.

RESUMO

Esta monografia constitui tentativa de compreender como a trajetória laborais de policiais militares do Distrito Federal e os sofrimentos vivenciados por estes profissionais na esfera pública e na esfera privada. Discuti neste trabalho os conflitos e relações de diversos papéis sociais anteriores à profissão policial e as consequências da formação da identidade policial e da identidade militar trás ao convívio familiar, à vizinhança, ao ambiente escolar, enfim, ao espaço privado. Há também a discussão das consequências destas identidades no espaço público, área própria de atuação do policial militar. A pesquisa foi realizada com o uso de entrevistas com diversos policiais de várias unidades policiais militares e com observação participante.

Palavras-chaves : **identidade, policial, militar e sofrimento**

“Se o homem é formado pelas
circunstâncias, então é preciso formar as
circunstâncias humanamente”
(Friedrich Engels e Karl Marx)

A Identidade e o Sofrimento Policial Militar:

Entre o público e o privado

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. ETAPAS, METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	14
2.2 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS PARA A PESQUISA	14
2.3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	15
3. A(S) POLÍCIA(S) MILITAR(ES) DO DISTRITO FEDERAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLICIAL MILITAR	21
3.1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.....	21
3.2 - PROCESSO DE RECRUTAMENTO DO INDIVÍDUO	31
3.2.1 - Formação Militar.....	44
3.2.2- Formação Policial	47
3.3 - PROCESSO DE FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO POLICIAL MILITAR.....	52
4 - AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO POLICIAL MILITAR.....	59
4.1 O CONFLITO DOS PAPÉIS SOCIAIS DO POLICIAL MILITAR.....	62
4.1.1 - O espaço público do trabalho policial militar	64
4.1.2 – A complexidade de ser cidadão e de ser policial	66
4.1.3. - Ser policial e ser militar: uma relação de aproximação e de afastamento.....	69
4.2 - O ESPAÇO PRIVADO POLICIAL MILITAR	73
4.2.1- O conflito/sofrimento familiar e do policial	74
4.3 - O SOFRIMENTO POLICIAL MILITAR	80
4.3.1 - Polícia Militar: Uma Instituição Total Sem Muros.	81
4.3.2 - Um Modelo De Policial Que Sufoca O Indivíduo.....	85
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6. BIBLIOGRAFIA	96
Leis, Decretos e Portarias	98

A Identidade e o Sofrimento Policial Militar:

Entre o público e o privado

1. INTRODUÇÃO

O objetivo inicial da pesquisa foi examinar a construção da identidade que o trabalho exige para ocupar o espaço público e suas relações no espaço privado do sujeito. Entretanto, necessitamos pontuar que:

a) o olhar da pesquisa: infelizmente, não foi possível entrevistar ou observar como este processo se dá em policiais militares femininas. Como será demonstrado, o perfil do indivíduo policial militar idealizado pela instituição Polícia Militar do Distrito Federal é tipicamente masculino. O número de policiais militares femininos nas unidades operacionais é ínfimo quando comparado ao número de policiais militares masculinos. Na unidade operacional de Brazlândia, cidade do Distrito Federal situada a sessenta quilômetros de Brasília, há, em 2011, oito policiais femininas, sendo que todas estão trabalhando na atividade meio, isto é, na atividade administrativa. O total de policiais militares lotados nesta unidade é de mais de duzentos policiais. Sendo que vinte por cento do total trabalha no serviço administrativo. Sendo assim, por não ser possível perceber o processo de formação da identidade policial no universo feminino pela dificuldade de acesso às todas as dinâmicas institucionais; e

b) o resultado da pesquisa foi além do objetivo inicial. Como será pontuado, o olhar inicial para a pesquisa teve uma inquietação pessoal, não apenas acadêmica. Todavia, através das diversas técnicas de pesquisa, do exercício acadêmico quase que cruel de afastamento e de estranhamento das relações sociais e das orientações da

Professora Doutora Lia Zanotta, foi possível perceber e entender o sofrimento que o processo e a consolidação das novas identidades (policial e militar) acarreta ao indivíduo; e os momentos de fricção entre as diversas identidades; as percepções construídas pelos policiais militares do significado do seu trabalho pela população.

Desta forma, em um primeiro momento, o trabalho apresenta o processo de formação da identidade policial, destacando a formação da identidade policial e da identidade militar, sem que haja um aniquilamento da identidade pessoal (HALL, 2001; GOFFMAN, 2003). Posteriormente, apresentamos alguns conflitos que podem advir desta construção e os sofrimentos inerentes à profissão policial militar (pelo menos da forma que está construída).

Assim, entendemos que o trabalho é inovador ao descrever o ponto de vista do policial militar, assim como foi realizado com outros agentes da segurança pública (SORIA BATISTA, 2005), o sofrimento e os processos que podem levar ao sofrimento do policial militar, assim como dos familiares próximos.

O olhar antropológico se voltou para esta temática quando em certa noite o olhar policial militar deixou espaço para o espanto, para o estranhamento. Foi durante o atendimento de uma ocorrência de um acidente de trânsito em que uma vítima faleceu. A desnaturalização da cena fez-me sofrer mais ainda. Havia várias pessoas no local: policiais militares (eu estava de serviço, já com oito anos de profissão policial militar), bombeiros militares, familiares das vítimas, curiosos, entre outros personagens urbanos típicos de cenas trágicas.

A vítima estava no chão, após a retirada do corpo realizada pelos bombeiros como uma última tentativa de salvar a vida. Os faróis das viaturas iluminavam o

ambiente, não há outras iluminações artificiais. As sombras das pessoas passavam pelo corpo que era observado. Os familiares, talvez os que tinham o grau de parentesco mais próximo, choravam perto do limite territorial imposto pela polícia para preservar o ambiente para os futuros ritos jurídicos que iriam apontar o motivo e a culpabilidade do acidente.

Todavia, os militares estavam próximos porque o espaço não era muito e a possibilidade de dispersão era pequena. Os policiais estavam em um círculo próximo do círculo dos bombeiros. Às vezes um membro entrava no círculo do outro grupo. As conversas giravam inicialmente em recordações de acidentes semelhantes. Posteriormente, os assuntos mudavam para questões gerais: política salarial das categorias, ascensão profissional, times de futebol e partidas “históricas”, entre outros assuntos de caráter público. Alguns sorrisos dos militares destoavam da cena fúnebre e se confundiam com o choro dos parentes.

Não sabia naquele momento se este era um dispositivo que estes profissionais desenvolveram, a qual eu estava imerso, para afastar tais sofrimentos, sublimando-os. Todavia, depois do serviço, percebia que esta ocorrência era lembrada entre os componentes da guarnição policial que participava.

Várias outras ocorrências, em que os policiais se mostravam imparciais, imunes aos sofrimentos das dores dos parentes, eram lembradas como forma de ensinamentos para os policiais com menos tempos de serviço ou apenas para apresentar-se como um policial vivenciado. Creio que também poderia ser uma forma de externar determinado sofrimento, o que será demonstrado posteriormente.

Mas o que era comum a todos é que estas informações não poderiam chegar ao seio familiar. Esta também era uma preocupação para proteger os familiares de preocupações futuras.

Assim, percebi que não contava o meu dia de serviço. Os familiares também não perguntavam, talvez com medo da resposta. Internalizava as preocupações. Quais as consequências desta internalização? Por que o meu trabalho limita que eu passe informações que são públicas? Por que que o ciclo de amizades dos policiais militares ficam cada vez mais reduzidos com o passar do tempo? Por que as pessoas que me conheciam mudaram o seu comportamento comigo após eu começar a trabalhar na Polícia Militar do Distrito Federal?

Estas são algumas questões que tento apresentar neste trabalho como uma contribuição acadêmica de dar vozes aos grupos. Assim, apesar do processo homogeneizante institucionalizado e do reconhecimento da sociedade da identidade policial militar, apresento a diversidade que há nos membros da PMDF.

O olhar histórico se justifica pela apresentação da constituição da PMDF como instituição controladora das ações dos indivíduos no espaço público e, por vezes, no espaço privado. A diversidade e “intensidade” das identidades estão diretamente relacionadas com o grau de legitimidade que o policial dá para a ação militar: se é para organizar a sociedade com técnicas militares ou técnicas policiais.

Assim, entender o processo de seleção, formação e as relações de trabalho que orientam a ação policial torna-se essencial para compreender como o trabalho policial influencia os espaços públicos e privados do policial militar.

No momento seguinte apresentamos os conflitos provenientes dos diversos papéis sociais (GOFFMAN, 2003) e das diversas identidades (HALL, 2001; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) que o policial militar tem que “gerenciar” a partir das identidades laborais.

Entendo também ser necessário apresentar e entender o espaço próprio do trabalho policial. Assim, ter o olhar voltado para a representação de papéis no espaço público e o espaço privado transversalizado por identidade auxilia na apreensão das consequências da identidade policial e da identidade militar. Por fim, apresento os sofrimentos percebidos e relatados pelos policiais militares que entendemos ser uma consequência do trabalho policial e das configurações sociais e culturais do modelo de policial militar ideal e da representação que a força policial tem na sociedade brasileira.

2. ETAPAS, METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

2.2 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS PARA A PESQUISA

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo através da observação participante e de realizações de entrevistas com policiais militares. Assim, está dividida em dois momentos separados por um período de mais de quatro anos. Esta separação temporal mudou o ritmo da pesquisa e as possibilidades da observação de campo.

No primeiro momento, eu estava na unidade policial militar especializada até então denominada Companhia Policial Militar Rodoviária. Por ser uma unidade especializada, eu podia transitar por todo o Distrito Federal e perceber as relações entre os policiais, os militares e os cidadãos em diversas cidades como, por exemplo, Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Itapoã, Paranoá, entre outras cidades. O tempo de observação, neste período, foi de um ano. Várias conversas que não pude categorizar como entrevistas foram bastante úteis. Seis entrevistas foram realizadas neste momento.

O segundo momento, após o longo período de anotações e observações não sistematizadas, foi marcado pela observação realizada quando já estava trabalhando em uma unidade policial ordinária, não especializada, que, portanto, o serviço é realizado predominantemente em uma única cidade, geralmente mediando conflitos com pessoas que posteriormente o policial irá conversar novamente em outros momentos de

patrulhamento. Pude ter acesso a mais entrevistas registradas e a conversas não registradas.

Entre as várias entrevistas com policiais de unidades operacionais, destaco algumas que realizamos com o soldado policial militar que exerce a função de psicólogo na Polícia Militar do Distrito Federal na unidade especializada com o tratamento médico com policiais encaminhados pelas unidades que trabalham ou que solicitam acompanhamento para si ou para familiar; também foi entrevistado e destaco um policial que exerceu a função de instrutor no Batalhão de Operações Especiais; outra entrevista destacada foi realizado com um policial que trabalhou na cidade satélite Ceilândia; e, por último com policiais que trabalham na cidade satélite de Brazlândia.

2.3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A ida a campo inicialmente teve a intenção de olhar se o papel e a identidade policial poderiam influenciar outros momentos que não o momento do trabalho. Se o trabalho policial influenciaria o papel ou identidade de pai/mãe, de filho (a), de vizinho (a), de estudante e etc.

Entretanto, o trabalho de campo trouxe um olhar que não tinha sido desenhado durante a construção e a preparação do projeto de pesquisa, nos recorte para uma melhor elaboração do objeto e dos problemas de pesquisa: como que o papel de pai/mãe, filh@, vizinh@, estudante, a identidade religiosa ou étnica e etc. podem

influenciar no trabalho policial. Não só o dito “levar problemas de casa para o trabalho”¹, mas a dita imparcialidade policial, necessária para a resolução dos conflitos² pode ser influenciada e, conseqüentemente, pode influenciar o trabalho policial.

Outros desdobramentos desta observação, que não foram objetos iniciais de pesquisa e, assim não foram foco das entrevistas, podem ser pesquisados posteriormente, como, por exemplo, atendimento de ocorrências policiais por indivíduos, que na sua vida privada teria conflito com tais segmentos ou mantém uma sensação de hierarquia sobre determinados grupos (grupos étnicos, conflitos de gênero, de classe e etc.).

Assim, para o restante da pesquisa, o deslocamento do olhar do pesquisador privilegiou também o espaço público influenciado pelas identidades de gênero, identidade religiosa, identidade étnica, entre outras, além da influência da identidade policial no espaço privado. Assim, a pesquisa agrega a questão da formação policial militar e a neutralidade/imparcialidade policial que a profissão necessita na resolução de conflito. O ambiente de dominação de gênero, da dominação religiosa, dominação étnica se revela neste momento.

O método utilizado para a realização da pesquisa é a observação participante e a análise de discurso nas entrevistas semiestruturadas.

Para mim, no início da pesquisa, ser um *pesquisador-policial militar* iria ser um privilégio de campo: teria acesso à informações que outros pesquisadores não policiais não teria. Em certos momentos este elo de confiança se concretizou, em outros, nem tanto.

¹ O que pode causar um grande problema quando estamos em um trabalho que monopoliza a força, que, em última instância, pode utilizar a força letal. Em outras palavras, lida com vida alheias e um nível de estresse, uma ação não pensada trás danos irreversíveis.

² Pôde-se perceber que muitas chamadas policiais, as ocorrências policiais, nem chegam ser registradas por intermédio da ação policial que atende estes chamados.

Com a devida anuência dos entrevistados, que foram informados sobre o objeto e objetivos da pesquisa, houve o acesso a problemas familiares, de relacionamento com a vizinhança, com o uso substâncias entorpecentes (álcool, principalmente), demonstrações que sentem medos, inseguranças, entre outras. Mesmo como *policia militar-pesquisador*, houve problemas de aproximação, uma certa desconfiança de alguns policiais por terem percepções construídas ao longo do trabalho policial que a técnica utilizada (entrevista) redundava sempre em “malefício” para o policial militar e/ou para a Polícia Militar. Dar entrevista ainda é percebido como inquirição. É uma voz individual que, se retirada de um contexto, pode trazer problemas administrativos na corporação (quando falado sobre o superior hierárquico), problemas familiares e problemas na sua sociabilidade.

Como será demonstrado posteriormente, um policial geralmente não demonstra suas fragilidades (emocionais e físicas), principalmente para outro policial. O padrão ideal de policial militar não permite ter fragilidades. Ser *policia militar e pesquisador*, neste caso, poderia ser uma fonte de vazamento da fragilidade do policial dentro da corporação, e um policial fragilizado emocionalmente ou fisicamente pode até mesmo representar um “perigo” para o padrão ideal de policial.

Sentir medo de arriscar a própria vida; ficar nervoso em uma situação de extremo risco da vida alheia ou própria, mesmo que não perca o controle da situação; demonstrar fragilidade emocional em situação que envolva morte, perda de membros do corpo ou qualquer tipo de lesão nas vítimas, entre outras consequências ruins para o policial, são sentimentos e sensações que não podem figurar no rol das características do Policial Militar. Portanto, o primeiro trabalho no campo foi demonstrar que o *Policia*

militar –pesquisador era um *pesquisador* que era um policial militar, um *pesquisador-policial militar*.

Assim, tentei demonstrar que o trabalho desta pesquisa também poderia contribuir para a melhora do ambiente de trabalho, ou, pelo menos, um momento em que os policiais militares poderiam retirar a “máscara social” (GOFFMAN, 2003) e ser apenas um ser humano e mostrar as consequências do trabalho em sua vida cotidiana.

Este trabalho de afastamento do indivíduo policial militar e aproximação do pesquisador com os membros entrevistados foi complexo por ter a noção que ambas as categorias seriam importantes para estabelecer o contato e entender todo o processo de construção/formação da identidade e suas consequências. Esta foi a primeira problemática encontrada ao ter as duas categorias policial e pesquisador “impregnadas”: ser *pesquisador - policial militar* no campo policial militar.

A segunda problemática encontrada foi ser *policial militar– pesquisador* no campo acadêmico. Como será demonstrado posteriormente, o habitus (BOURDIEU, 2006) policial militar orienta as percepções construídas e amplia algumas sensibilidades da mesma forma que inibi outras.

Assim, como membro parte do grupo, a preocupação inicial seria a de manter o *estranhamento* das explicações, das justificativas e das ações dos policiais. Algumas práticas, tidas como normais pelo grupo, teriam que ser *estranhadas* a cada momento pelo *pesquisador-policial militar* para compor o entendimento do objetivo da pesquisa. Este exercício tornou-se complexo, pois estas práticas cotidianas e naturalizadas orienta o campo policial militar e, por consequência, seus membros, inclusive o *pesquisador-policial militar*.

Assim, a estratégia para realizar as entrevistas foi tentar mensurar o quanto uma identidade/papel social (pesquisador, estudante, policial militar, negro, homem, ateu) era mais interessante do que outra e em que momento era melhor destacar mais uma do que outra. Desta forma, havia a situação que ora demonstrava que sou um *policial militar-pesquisador*, ora demonstrava que sou um *pesquisador-policial militar*.

Interessante que os policiais militares entrevistados também “jogavam” da mesma forma. Intencionalmente ou não, este jogo ficou mais perceptível na entrevista realizada com um policial que trabalha como psicólogo na Polícia Militar.

A intenção inicial, o planejamento realizado era de iniciar as pesquisas com entrevistas na Escola de Formação de Praças (EsFP) da Polícia Militar do Distrito Federal para entender como que inicia o processo de formação da identidade policial militar. Um longo processo de negociação foi iniciado entre o pesquisador, a seção de ensino da EsFP e a então Diretoria de Ensino, hoje Departamento de Cultura e Ensino da Instituição.³

Entretanto, por questões de tempo para apresentação do resultado da pesquisa ser incompatível com os ritos legais intrainstitucional da PMDF, houve mudanças na pesquisa e a fase inicial da pesquisa ficou prejudicada por não ser possível entrevistar policiais que estavam em formação profissional e policiais graduados que estavam em especialização.

Também não foi possível entrevistar os policiais responsáveis pelo primeiro contato do indivíduo que entra na Polícia Militar, aonde inicia o processo de formação da

³ Por ser uma instituição militar, com “profundas” bases hierárquicas e disciplinares, o CFAP é subordinado à DE – Diretoria de Ensino da PMDF. Portanto, qualquer autorização de pesquisa dentro da unidade de ensino só seria possível depois de uma autorização da DE, que faz parte do comando geral da instituição policial militar do DF.

identidade policial. Entretanto, as entrevistas fora do ambiente do CFAP realizadas foram com policiais que tem bastante tempo de serviço e que trabalham em localidades diferentes do Distrito Federal.

Todavia, outras fontes de informação para entender o processo de formação da identidade policial e sua influencia no espaço privado foram privilegiadas e o Centro de Assistência Social (CASO) ganhou relevo no rol de departamentos e unidades da Polícia Militar para que pudéssemos realizar a pesquisa. Entrevistas realizadas com vários policiais, entre eles um policial militar que atuava como psicólogo da PMDF no CASO é formado por psicólogos e técnicos de saúde, entretanto, só havia um psicólogo que é policial militar, todos os outros psicólogos são civis contratados.

3. A(S) POLÍCIA(S) MILITAR(ES) DO DISTRITO FEDERAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLICIAL MILITAR

3.1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Destacamos a história da Polícia Militar do Distrito Federal relatada por diversos historiadores (BRETAS, 1997a e 1997b; HOLLOWAY, 1997; e PCDF, 1998) para demonstrar como que a construção do espaço também é a construção da identidade. Assim, percebemos que há uma relação histórica neste processo que deve ser apresentado como uma das fontes de formação da identidade policial militar.

Apesar de a Polícia Militar resgatar sua história na constituição da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, em 1809, como consta na página eletrônica oficial da PMDF, a primeira instituição com poderes de polícia no Distrito Federal, foi, em setembro de 1956, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP).

Durante a construção de Brasília, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) não foi constituído no espaço destinado à nova Capital Federal. Além de planejar e executar os serviços de localização, urbanização e construção, a NOVACAP teve como responsabilidade cuidar dos materiais, máquinas e edificações (PCDF, 1988).

O Núcleo Bandeirante, território da Cidade Livre, era a localização residencial da maioria dos migrantes. O controle dos indivíduos tornou-se preocupação das autoridades locais. Locais suspeitos de serem ladrões “necessitavam” de policiamento:

O Núcleo Bandeirante era um verdadeiro emaranhado complexo, composto de aventureiros, gananciosos, foragidos da lei, delinquentes perigosos, comerciantes

espertalhões, operários de caracteres vários, de sentimentos e costumes diversos. (PCDF, 1988: 20)

Dessa forma, por proposta de Israel Pinheiro, o conselho da NOVACAP criou, em 1957, a Divisão de Segurança Pública. O Coronel da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Muzzi, com o auxílio de um escrivão e um policial especializado em identificação, foi encarregado de treinar os vinte novos recrutas (que já eram vigias da NOVACAP) e formaram a Guarda de Polícia para realizar o policiamento na área urbana. Os novos policiais não eram alfabetizados e, pelo caráter de urgência, não tinham o treinamento específico de policiamento. Não portavam arma de fogo inicialmente, utilizando apenas um cassetete de madeira confeccionado na própria serralheria. Posteriormente, o recrutamento dava preferência aos homens que demonstrassem coragem e àqueles que já tivessem servido às Forças Armadas.

Os guardas trabalhavam no período noturno. Às dezoito horas, assistiam instruções de como realizar revistas, como realizar prisões, coletar dados, entrar em casa alheia, noções de legítima defesa, entre outros. Após o período de instruções, dez guardas faziam a vigilância do material e dez realizavam o patrulhamento local. Descansavam no período diurno.

Os presos eram encaminhados à delegacia de Luziânia-GO ou a subdelegacia de Planaltina-GO, já que a Guarda de Polícia não tinha a função de polícia judiciária, ela apenas exercia o policiamento ostensivo.

Em agosto de 1957, por solicitação do diretor financeiro da NOVACAP e presidente da Associação Rural de Brasília, foi criada a Guarda Rural da NOVACAP. Entretanto, além de realizar o policiamento nas áreas rurais, a Guarda Rural realizava o

controle das imigrações. Os guardas rurais fixavam acampamentos às margens da estrada de Luziânia para revistar os imigrantes, permitindo a fixação no Núcleo Bandeirante apenas aqueles que tivessem contrato previamente firmado com a companhia. Apesar de utilizar fardas, não havia legislação que regulamentava a atuação da Guarda de Polícia e da Guarda Rural da NOVACAP, e sua atuação permanecia como grupos paramilitares.

As ocorrências atendidas e solucionadas pelo chefe da Divisão de Segurança Pública eram dos mais diversos tipos. Mas os instrumentos de persuasão eram semelhantes aos utilizados durante o século XIX. Podemos citar como exemplo a ocorrência em que um migrante foi acusado de ter praticado roubo por estar portando uma certa quantia em dinheiro, uma chave e um retrato. Quando o acusado foi apresentado ao chefe da Divisão o acusado foi, após a detenção, severamente advertido e ameaçado de ser deportado de Brasília se o vissem embriagado novamente. (PCDF, 1998:25).

Entretanto, Israel Pinheiro estava preocupado com a legalidade das ações das instituições policiais de Brasília. Como ainda estava em construção, o local onde nasceria a Capital da República estava sob a Jurisdição do Estado de Goiás. O então governador do Estado, José Ludovico de Almeida, promulgou uma lei provisoriamente que criou o Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB) e a Guarda Especial de Brasília (GEB), sendo que ambos estavam subordinados à Secretaria de Segurança do Estado de Goiás. Todavia, todos os recursos necessários para a manutenção de viaturas e os recursos humanos, entre outros, foram de responsabilidade da NOVACAP.

Inicialmente, a Guarda Especial de Brasília foi constituída pelos guardas da Guarda Policial e da Guarda Rural. O que vale destacar, nessa fase de formação da GEB,

é a filiação militar do comando da DRPB, sendo nomeado o Coronel do Estado Maior do Exército Osmar Soares Dutra para diretor da Divisão Regional.

Sob a orientação do Coronel, a GEB era composta de três divisões (policimento, de controle e de divisão técnica) e cinco seções (rural, de vigilância, de trânsito, de proteção contra o fogo e de investigação). Apesar de ter sido nomeado um Major como chefe-de-gabinete da GEB, quem realmente ocupou o cargo foi o Sargento Washington Batista.

As primeiras ações da recém constituída GEB já resultavam na diminuição da legitimidade da agência como controladora da ordem e como um ente na resolução dos conflitos. Episódios como, por exemplo, o “Massacre policial contra os operários de Brasília” , quando a Força Militar do Exército foi convocada para controlar a situação, contribuíram para questionar essa legitimidade.

A organização policial era “unificada”. Nos distritos policiais, havia lotação de delegados de polícia, um comissário de polícia, um investigador e os soldados da GEB tendo como função o policiamento ostensivo. O comando da GEB e da DRPB era único até 1959, quando passou a contar com um Tenente-Coronel do Exército para comandar a DRPB e um Major para comandar a GEB. O prestígio das instituições policiais começou a ganhar notoriedade quando oficiais da Polícia Especial do Rio de Janeiro foram transferidos para a construção de Brasília.

Em 13 de abril de 1960, foi criado o Serviço de Polícia Metropolitana integrado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) , órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Durante um ano, as duas estruturas policiais agiram paralelamente. A GEB realizava o policiamento ostensivo, enquanto o Serviço de

Polícia Metropolitana realizava as atividades de polícia judiciária. Os servidores que desejassem podiam mudar de unidade, ora trabalhando ostensivamente, ora trabalhando no serviço peculiar à polícia judiciária. A GEB só foi extinta, de fato, em 1961.

Com a criação do Serviço de Polícia Metropolitana, houve a tentativa de criar uma polícia moderna, nos moldes de outros países, com menores entraves burocráticos e com maior rigor nas exigências do recrutamento. Somente a partir de 1959, foram exigidas as seguintes condições para ser soldado na GEB: possuir o curso primário completo; certificado de reservista de primeira categoria, isto é, ter servido às Forças Armadas; atestado de bons antecedentes; altura mínima de 1,70 metros; idade entre 18 anos completos e 28 anos incompleto; aptidão no exame de saúde; e ter sido aprovado em um teste intelectual, sendo a realização de um ditado de 20 linhas e alguns problemas de matemática envolvendo as quatro operações básicas.

Em novembro de 1960, o Ministro da Justiça nomeou uma comissão para desenvolver um projeto para a constituição da nova polícia da capital federal. Todavia, o projeto apresentado enfrentou dificuldades orçamentárias para que fosse viabilizado e não foi aprovado pelo Congresso Nacional, fazendo com que o Departamento Federal de Segurança Pública continuasse funcionando nos mesmos moldes do extinto DRPB.

Os servidores da DFSP do Rio de Janeiro, quando efetivada a transferência da estrutura institucional do departamento para o planalto central, preferiram ficar trabalhando nos quadros do Departamento Estadual de Segurança Pública do recém-criado Estado da Guanabara. Com o número de pessoal pequeno, os servidores do DRPB também passaram a trabalhar no Departamento Federal de Segurança Pública.

No final de 1961, foi criada a polícia única do Distrito Federal, a Superintendência de Polícia Metropolitana, tendo como função o policiamento ostensivo, o policiamento judiciário com serviços de natureza política e social, fiscalização de trânsito, patrulhamento marítimo, aérea e de fronteiras, urbana, florestal e serviço de bombeiro no Distrito Federal. Assim, foi criada a Polícia Metropolitana do Distrito Federal (pela primeira vez utilizada, a sigla PMDF inicialmente compreendia os serviços de polícia judiciária e ostensiva no Distrito Federal). A Superintendência de Polícia Metropolitana assumiu também as funções do Serviço de Policiamento Metropolitano. A então PMDF, Polícia Metropolitana do Distrito Federal, contava com uma Academia de Polícia para instruir seus membros para uma carreira profissional.

No início do ano de 1962, foi criado o serviço de radiopatrulhamento no Distrito Federal, pioneiro no Brasil por utilizar no serviço policial a comunicação móvel. Uma das características marcantes era o apoio aos policiais nas delegacias. Deslocando-se rapidamente ao local de delito, este serviço foi prestado no Plano Piloto e nas cidades satélites.

Outra modalidade de serviço implantado foi a dos Postos de Assistência e Segurança (PAS) com a finalidade de obter uma maior aproximação e respeito entre a comunidade e a polícia, eles foram implantados nas super quadras do Plano Piloto. Entre os vários serviços prestados à comunidade, estavam as informações acerca dos registros de nascimento e de óbitos, informações trabalhistas, expedição de carteiras de identificação e passaporte, atestados para a habilitação de motoristas e fornecimento de informações para fins militares e eleitorais.

O que chamava a atenção nos serviços era o cadastramento de dados pessoais em arquivo próprio de profissionais que trabalhavam na cidade. As pessoas observadas eram os zeladores de prédios, vigias em geral, faxineiros e vários outros funcionários que trabalhavam nos edifícios de Brasília. A precaução sobre esta população “justificava-se” pela possibilidade desse grupo ser o mais propenso a cometer delito, sendo os primeiros a serem investigados pela polícia.

Em 1963, foi criada a Divisão Central de Operação (DCO) na Superintendência de Polícia Federal, responsável pelo policiamento ostensivo, pelo radiopatrulhamento, pelo reforço policial e vigilância, pelas execuções de mandatos de prisão e pelo recolhimento de mendigos nas ruas. Novamente, há uma política de “limpeza” e vigilância sobre um determinado grupo da cidade.

Após várias extinções e surgimento de instituições responsáveis pela segurança e manutenção da ordem pública a partir do uso da ostensividade, em 1964, devido ao golpe militar, houve uma adaptação da estrutura da DFSP para que esta instituição passasse a atuar em todos os Estados. A partir desse momento, fica extinta a Polícia Única no DF. Para atuar exclusivamente em Brasília, foi criada a Polícia do Distrito Federal (PDF). É com esta configuração político-administrativa que a Polícia Militar atua pela primeira vez no Distrito Federal, na região Centro-oeste. Posteriormente, em 1967, a PDF foi substituída pela Secretaria de Segurança Pública.

Ressaltamos, nesse breve recorte histórico da constituição das instituições policiais responsáveis pela prevenção do delito o caráter militar. Mesmo com várias tentativas de desmilitarizar o policiamento ostensivo com a constituição de várias

instituições civis, prevaleceu a força política do Exército Brasileiro que ecoa na Constituição da República Federativa do Brasil, a Carta Magna do Estado Brasileiro.

Ter a perspectiva militar influencia tanto na política de segurança de prevenção como na estrutura militar da instituição. A manutenção da ordem pública pelas instituições obedece ao ideal constituído por alguns segmentos da sociedade detentores do poder político e econômico. Como salienta Pinto (2002) ao debater o ingresso dos candidatos a carreira policial militar:

Historicamente, o quadro de pessoal da Polícia Militar teve como composição os oficiais serem oriundos de extratos sociais mais privilegiados e os subalternos das classes sociais menos privilegiadas. Esta característica, que ainda persiste nos dias atuais, naturalmente não é exclusiva da Polícia Militar. É de se esperar que as classes menos favorecidas venham a suprir o mercado de trabalho com trabalhadores menos qualificados e as mais favorecidas, que podem investir ou mesmo adquirir melhores oportunidades na preparação profissional, forneçam a mão de obra melhor qualificada. (Pinto, 2002: 94)

As ações individuais que não convergem para a ordem vigente são percebidas, na perspectiva militar, como ações “inimigas”, que atentam à ordem. O objetivo é manter, sob qualquer forma, a ordem vigente, sem espaço para possíveis alterações, mesmo com legitimidade da maioria.

Já a estrutura militar concentra o poder de decisão pela disciplina e pela hierarquia. O serviço policial ostensivo demanda uma diversidade de ações policiais que nem sempre os códigos militares conseguem prever. Todas essas decisões necessitam passar pelo crivo do superior hierárquico ou pela percepção de que o militar tem sobre a

possível decisão do superior. Questões regionais ou locais, tipicamente por diferenças culturais, são decididas por autoridades centrais como se fossem únicas.

Todavia, mesmo com as características militares da centralização das decisões e da unicidade estrutural para todas as unidades policiais, há espaços para as construções distintas na Polícia Militar do Distrito Federal contemporânea.

Pontuaremos, no próximo item do capítulo, estes espaços construídos pelos policiais militares do Distrito Federal, a diversidade das ações policiais oriundas das diferentes unidades policiais e os diferentes processos interpretativos desta diversidade própria da Polícia Militar do Distrito Federal.

Para entendermos o processo de cognição da formação das identidades pelos policiais militares, partimos do pressuposto de que a instituição PMDF tem diferentes **processos interpretativos internos** que podem convergir em determinados momentos. Dentre eles, destacamos os dois principais fatores:

- a) A estrutura operacional da instituição: as várias formas de policiamento que são categorizadas como especializada e ordinária formatam diferentes processos de conhecimento (ordinários e especializados) e diferentes formas de emprego da força policial, ambos formadores de conhecimentos; e
- b) O mosaico da disposição do policiamento em determinada localidade, setor ou região (meios de transporte, especificidade do armamento, quantidade de policiais, entre outros) revela o grau e o tipo de interação que se pressupõe que o policial e o indivíduo “podem” e/ou devam ter.

Apesar de a PMDF apresentar características de instituição total (Goffman, 2003) que serão debatidas no quinto capítulo, há espaços para formação de singularidades

devido à regionalidade (cidade que o policial militar trabalha), às características do policiamento e ao grau de “proximidade” que são permitidas nas interações cidadão-indivíduo.

Para facilitar o entendimento, apresentamos alguns destes processos interpretativos. Nesse trabalho, entendemos como **unidade especializada** a unidade policial que esteja sob a coordenação do Comando de Policiamento Especializado e que, por sua peculiaridade, ministre cursos de especialização para a capacitação de policiais. Entendemos por **unidades de policiamento ordinário** as unidades policiais que atuam nas cidades do Distrito Federal e são responsáveis pelo policiamento ostensivo geral. Para executar tal tarefa é necessário apenas o curso inicial de formação policial (Curso de Formação de Soldado Combatente ou Curso de Formação de Oficiais).

Por consequência dessas definições, entendemos como **policiamento especializado**, mesmo que não esteja sob o comando de unidade especializada, o policiamento que necessite de curso ou estágio de especialização; e entendemos como **policiamento ordinário** o policiamento que necessite apenas do curso de habilitação policial, o curso de formação.

Nesse sentido, apresentaremos, nas próximas seções, como essas peculiaridades do trabalho policial podem influenciar no processo interpretativo policial militar e na interação com os indivíduos.

Geralmente as unidades especializadas mantêm um *ethos* diferenciado das unidades ordinárias e os membros destas unidades orgulham-se desta diferença. Unidades que trabalham em regime aquartelado⁴ têm características de regime de trabalho

diferenciadas. Os policiais militares trabalham, normalmente, vinte e quatro horas por dia. Algumas unidades, como o Batalhão Policial de Operações Especiais, Batalhões de Policiamento com Cães, Batalhão de Choque e o Regimento Montado tem o *ethos* tipicamente militarizado. Característica esta que se destaca quando comparada com outras unidades de policiamento ordinário que apresenta o *ethos* mais policial.

Estas características diferentes entre unidades serão apresentadas posteriormente no decorrer do trabalho quando destacamos as diferenças entre as identidades policial e a identidade militar. Assim, o espaço que mais se apresentam esta dicotomia inicialmente está de acordo com a unidade policial, se especializada ou ordinária, ou com a posição hierárquica, se oficial ou praça.

Todavia, cabe salientar neste momento que, no momento da pesquisa, percebeu-se que o processo de formação da identidade policial é contínuo e, dependendo da unidade que o policial trabalha, o *habitus* pode destacar características própria de cada identidade: ora pode destacar a identidade policial, ora a identidade militar.

3.2 - PROCESSO DE RECRUTAMENTO DO INDIVÍDUO

Há a premissa institucionalizada pela PMDF que os processos de seleção para o ingresso no serviço policial militar objetivam o melhoramento da prestação do serviço à comunidade. A formação cidadã e respeitadora dos valores democráticos do recém contratado policial pode ser uma condição fundadora para a constituição da uma instituição policial democrática.

Nesse sentido, há a construção do policial ideal (Cordeiro e Silva, 2005: 42) pela sociedade e pela PMDF, o que não quer dizer que convirja em todos os sentidos. O

processo de seleção nada mais é do que a escolha de indivíduos que mais se aproximam desse ideal, de modo que seria utilizada a menor quantidade possível de esforço para discipliná-lo e com a melhor eficiência possível para que haja a possibilidade da identidade homogênea, da homogeneidade dos membros da corporação.

Durante as entrevistas realizadas e a observação participante foi percebido que a motivação para participar da seleção está diretamente relacionada à segurança social⁵ que o emprego no serviço público pode proporcionar. A previsibilidade das ações no futuro sustentada pela segurança social alicerçam a decisão de participar de um processo longo de seleção e pelo curso de formação.

São raros os casos que o(a) candidato(a) sabe quais são as atribuições da profissão policial ou das atividades de um(a) militar. Excetuando os ex-militares das Forças Armadas⁶, a vocação policial militar, nesta fase inicial de contato com a instituição é pouco presente como justificativa de tentativa de ingressar nas “fileiras da corporação”. Como muitos relatam, a única coisa que sabem fazer é ser militar, nada mais.

O edital de seleção da PMDF enumera, nas fases eliminatórias e classificatórias, alguns itens que demonstram o perfil do policial ideal: predominantemente masculino, o último concurso público realizado em 2009 para o curso de formação policial para a graduação de soldado de primeira classe policial militar selecionou 1.500 candidatos. Desses, havia 1.250 vagas para candidatos do sexo masculino e 250 vagas para o sexo feminino no curso de formação, aproximadamente. O

⁵ Conceito definido por Robert Castel (2005) está relacionado com a Proteção social (proteção à saúde, empregabilidade, segurança na velhice) que são próprias de sociedade securitárias.

⁶ Foi verificado que há ex-militares no processo seletivo, muitos que trabalharam durante oito anos em uma instituição militar (tempo limite para o vínculo temporário) e são obrigados a sair da corporação, como foi relatado, por não conhecer outra atividade que se conseguiria adaptar, o ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é visto como o único caminho.

processo seletivo para tais vagas era composto por várias etapas: exame de conhecimento, teste de aptidão física, exames médicos, avaliação psicológica e sindicância da vida pregressa.

Entretanto, podemos inferir o perfil do(a) aluno(a) que será incorporado ao curso de formação (considerado neste trabalho como etapa de seleção e de formação policial) por meio de todos os requisitos. Os primeiros requisitos, como comentado anteriormente, diz respeito à dominância masculina do futuro grupo que se incorporará à tropa da Polícia Militar do Distrito Federal.

Outro requisito presente no edital de seleção de 2009 é a relação que o(a) candidato(a) mantém com o Estado e com a ordem vigente. Nesse caso, há a expectativa que seja um(a) cidadão(ã) gozando de todos os direitos civis e políticos do Estado. Assim, há a necessidade de estar na faixa etária entre 18 e 31 anos completos e ser brasileiro(a), além de ter se submetido aos diversos controles estatais de registro: possuir o registro na Secretaria de Segurança de Estado e ter o RG, o Registro Geral; estar registrado na Receita Federal e possuir o Cadastro de Pessoa Física (CPF); estar registrado na Justiça Eleitoral e possuir o Título Eleitoral. Para tanto, entre as várias obrigações, deve estar quite com as obrigações eleitorais e do serviço militar, não estar respondendo processo civil ou criminal de qualquer natureza, e não ter sido e nem pode estar condenado por crime de qualquer natureza, em qualquer jurisdição. Se fosse militar, deveria ter a autorização do seu comandante imediato, ter sido classificado com, no mínimo, “bom comportamento” se o militar fosse praça.

A etapa de conhecimento mínimo, realizado por meio de provas objetivas, exigia que o(a) candidato(a) responda corretamente certa porcentagem de itens em um

período máximo de quatro horas. Além de outras inferências possíveis dessa etapa (como pensar sob determinada pressão que os concursos públicos exigem), o foco principal era avaliar o conhecimento mínimo sobre o domínio da língua portuguesa nacional, quais as noções básicas sobre Direito Constitucional e das normas internas da PMDF (Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal) que o(a) candidato(a) detém, o conhecimento geográfico e histórico do Brasil e o domínio de assunto atuais que foram divulgados pelos principais meios de comunicação de massa. Essa etapa era eliminatória e classificava o(a) candidato(a) para as demais etapas.

As fases que examinavam o corpo eram os exames físicos, médicos e biométricos. Nestas etapas eram avaliadas se os(as) candidatos(as) tinham, segundo a percepção do comando da PMDF, capacidade física e orgânica para as atividades inerentes à função policial militar.

Eram avaliados (as) por meio da capacidade de executar uma quantidade de repetição de determinados exercícios físicos (corrida, flexão de braço, abdominal, meio-sugado) em um determinado tempo. A relação altura, massa corpórea e idade também era considerada como fator eliminatório. Ser muito magro ou ser muito gordo em determinada idade é relevante para o comando da instituição. Além das doenças consideradas incapacitantes, havia, entre outras características, o mínimo de 18 dentes para ser considerado apto nessa fase.

Eram percebidas também que a estética era considerada importante para o processo de seleção. Cicatrizes que comprometem a “estética”, (com/ou) tatuagem obscenas ou ofensiva; cicatrizes antiestéticas decorrentes de excisão de tatuagens e *nevus* vasculares (PMDF, 2001) constituíam características eliminatórias.

A investigação social é a análise da vida progressa do(a) candidato(a). Nesse sentido, era avaliada a idoneidade moral, de acordo com os requisitos indispensáveis que constam no Código de Conduta Ética Profissional da PMDF (PMDF, Portaria nº. 142 de 15/07/97). Eram entregues as cópias de documentos exigidos para comprovar o cumprimento das obrigações civis e políticas. Além destes instrumentos, o(a) candidato(a) respondia ao questionário elaborado pela seção de investigação da corporação e autorizava a investigação em curso no processo de seleção.

Todas essas etapas selecionam o(a) candidato(a) ideal para a próxima fase, para o curso de formação profissional. As dimensões corporais e a disciplina do corpo revelam, nessa etapa, o corpo dócil (FOUCAULT, 1987: 119) próximo do ideal do(a) candidato(a) frente à leitura institucionalizada da ordem vigente que os dirigentes da PMDF detêm. O conhecimento mínimo sob determinada pressão (tempo, local), o peso corporal, a quantidade de dentes, o culto à preservação da pele “imaculada”, a prática de exercício físico e o ideal estético que pode ser o início do perfil do policial militar ideal são demonstrações de disciplina realizadas ao longo de determinado tempo da vida do(a) candidato(a) dentro de um contexto social.

Entretanto, entendemos que a seleção não finaliza com a aprovação no concurso público. A segunda fase da seleção que consideramos é o Curso de Formação de Soldado. Somente esta fase garante o exercício da função policial militar. Já incorporado aos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal como Soldado de 2º. Classe, o(a) aluno(a) a policial militar tem a promoção para Soldado de 1º. Classe como ritual de passagem da vida civil para a vida militar, do comum para o policial.

Percebemos que o curso de formação tem duas características: continuar o processo de seleção iniciado com o concurso público; e dotar o(a) aluno(a) de conhecimento militar, jurídico, técnico policial e humanitário para o exercício da profissão policial militar.

Iniciemos pela continuação do processo de seleção e debateremos, na próxima seção, o processo de ensinamento inerente à profissão policial militar. Nesse primeiro momento, há os ritos de passagens da vida civil para a vida policial militar, especificamente militar (GOFFMAN, 2003).

Os ritos começam na *semana zero*. Apesar de haver a inferência de ser uma semana, o tempo não é regular, é a passagem conhecida de adaptação aos primeiros ritos militares. Nesse período, não há aulas de conhecimento técnico ou de tecnologias policiais, tampouco de conhecimento jurídico. Há exercícios militares para demonstrar disciplina e respeito à hierarquia.

É o início da formação da identidade policial, o início do processo de “afastamentos” dos *paisanos*. Apesar do termo *paisano* se referir denotativamente ao indivíduo militar que não esteja trajando farda, há a conotação, no meio policial militar do Distrito Federal, que *paisano* é todo aquele que não é militar integrante das Forças Armadas – Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira – ou de instituições chamadas de coirmãs – integrantes de outras policiais militares ou do corpo de bombeiros militar. O termo *paisano*, em algumas vezes, também é utilizado não só com o não- militar, mas também com o indivíduo que não é policial militar.

Como parte desse rito (inicialmente de seleção e de construção da identidade), há a percepção pelos(as) alunos(as) da mudança dos códigos da comunicação entre os militares, da postura corpórea individual e dos trajes permitidos.

Primeiramente, da disciplina do corpo: o indivíduo tem que dominar o cabelo, sendo o corte curto para os homens e cabelo preso para as mulheres, os homens só podem utilizar bigodes se autorizados pelo comandante da unidade que trabalha, é proibido o uso de costeletas tipo suíço; a maquiagem que as mulheres podem usar tem que estar descritas nos regulamentos, assim como óculos, brincos, número de anéis nos dedos e outros aspectos de apresentação individual (Distrito Federal, Decreto nº 8.580 de 3 de abril de 1985).

“Para a valorização individual”, segundo os regulamentos da PMDF, é permitido o uso de apenas um brinco por orelha; é vedado o uso de adornos no tornozelo ou *piercing* no corpo pelo(a) policial militar, assim como não é permitido a visibilidade de tatuagens ou cordão no corpo quando o militar estiver utilizando o uniforme; os óculos também são regulamentados pela Instituição, como o tamanho e cores das artes. Também há o controle do uso de anéis, no máximo três, incluindo as alianças e os anéis de formatura. Do mesmo modo, há a regulamentação dos aspectos das unhas (tamanho da unha, tipo e cor de esmalte autorizado).

Além da imagem do corpo, há também o controle das ações individuais dos(as) alunos(as) policiais militares. Todo deslocamento a pé dentro do quartel tem que ser realizado com as mãos para trás quando estiver andando, correndo com os braços formando um ângulo de noventa graus, ou marchando quando estiver em exercício militar de deslocamento de tropa (o que é mais comum na semana zero).

Há a disciplina do andar: se estiver em exercícios militares, os movimentos dos braços são opostos e sincronizados com os movimentos das pernas; as mãos vão à frente do corpo chegando próximo à cintura; a cabeça ereta, o movimento da perna tem que ser enérgico ao tocar o solo e coordenado com os outros militares que participam do exercício (marcha). Se for andar com a mão para trás, continua com o corpo totalmente ereto e a mão esquerda segura o punho direito, a mão direita é fechada com o polegar para fora e sobre os outros dedos. Quando em exercício, todos os movimentos são realizados sob comando de um superior hierárquico, é a codificação instrumental do corpo (FOUCAULT, 1975: 130) que todos devem seguir.

Como vislumbrou Mauss (2003) ao analisar as técnicas corporais,

[...] o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. O mais exatamento, sem falar de instrumento, o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico do homem é seu corpo. De imediato, toda a grande categoria que, em sociologia descritiva, eu classificava como 'diversos', desaparece desta forma rubrica e assume forma e corpo: sabemos onde encaixá-la.

Antes das técnicas com instrumentos, há as técnicas corporais. (MAUSS, 2003)

Neste sentido, o “adestramento” (como é chamado o processo de socialização dos novos integrantes da instituição) passa ao controle de membros do corpo, como, por exemplo, da mão que poderá ser utilizada para sacar a arma. Durante o período da semana zero, é punido os iniciantes que utilizam esta mão para carregar qualquer tipo de objeto. Esta técnicas corporal que conduz para a eficácia (MAUSS, 2003) invade a vida privada. O corpo aprende e se molda: a musculatura da “mão-forte” (a de atirar) e treinada; a outra “aprende” a carregar objetos.

A comunicação também recebe outra disciplina. Primeiramente, há a obrigatoriedade para que seja adotado o pronome Senhor e Senhora para todos os militares que não são alunos, seja de qualquer força militar. Entretanto, é ensinado que o(a) aluno(a) utilize estes pronomes para todos os cidadãos como forma de demonstrar a educação policial, mas se o(a) aluno(a) não utilizar o pronome com os civis não seria punido.

Alias, quando um policial superior hierárquico se dirige a um (a) aluno (a) e há outros presentes, todos(as) presentes respondem no mesmo tom de voz, no mesmo tempo e com as mesmas palavras. Durante um auxílio de uma unidade ordinária à Escola de Formação de Praças cedendo um ônibus e o profissional militar para o transporte de alunos(as) para determinado treinamento, era perceptível a sincronia dos (as) alunos(as) em responder ao policial militar, assim como o seu espanto pela disciplina que fora forjada. A individualidade dos (as) alunos (as) é suprimida frente aos códigos institucionais impostos e vigentes.

Os códigos de comunicação que são utilizados para a comunicação por rádio transceptor são contextualizados com a comunicação diária. Esses códigos são utilizados apenas entre os policiais militares e evitam que os *paisanos* ouçam as conversas dos policiais. O tom da voz também é aprendido: alto e claro. Deve-se falar pouco com os não policiais, apenas o necessário e solicitado, mas com energia para demonstrar a autoridade.

Como observa Pinto (2002), a linguagem particular do grupo é imposta ao indivíduo e está relacionada aos códigos de comportamentos de subordinação que são próprias das instituições militares. A disciplina militar é a plena observância e

cumprimento das normas e de respeito aos superiores, aos subordinados e aos seus iguais.

Os trajes também são mudados abruptamente. Inicialmente, são usados os *fantasminhas*, camisa de algodão totalmente de cor branca, calça jeans azul e tênis e meias totalmente brancos. A bolsa padrão da PMDF é a única permitida para transportar materiais individuais (toalhas, roupas e entre outros) e tem que ser carregada com a mão esquerda, para acostumar o(a) aluno(a) a deixar a mão direita livre para presta continência ao superior hierárquico (o cumprimento dos militares) e para, posteriormente, utilizar a arma.

Transcorrido certo tempo de curso, é permitido o uso de agasalho dentro do quartel e em atividades de ensino externo, como, por exemplo, seminários em outras instituições. O uso do agasalho para se deslocar ao curso é quase uma “conquista”, o(a) aluno(a) poderá ostentar os símbolos da PMDF na sociedade.

O uso da farda policial militar é restrito à última fase do curso de formação, segundo o comando, por temer que o(a) aluno(a) não esteja preparado(a) para as demandas que possam encontrar no deslocamento da casa para o quartel. Em maio de 2011 houve uma cerimônia militar para autorizar os (as) alunos (as) utilizarem o uniforme dentro da unidade. Nesta cerimônia, chamada de formatura pelos militares, teve a presença de policiais militares de outras unidades, do alto-comando da instituição (Comandante Geral, Subcomandante Geral, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar, comandantes de outras unidade, entre outros) e de familiares dos (as) alunos (as).

Outro fator é essencial: o controle do tempo do (a) aluno(a) que a instituição detém. As aulas eram ministradas durante a semana e em horário fixo, todavia, a ausência

do quartel constituía uma concessão. Não ficar no quartel nos finais de semana era concedido aos(às) que obedecessem a todas as normas militares: uso do cabelo e de adornos, limpeza das roupas e dos uniformes, obediências aos horários, não ter errado os exercícios militares, ter mantido a comunicação com os outros militares de forma correta, entre outros.

Tudo era observado e anotado em *FO-* ou *FO+*, que são os Fatos Observados negativamente (*FO-*) e os Fatos Observado Positivamente (*FO+*) nas fichas individuais dos(as) militares em curso. Fatos observados negativamente (*FO-*) reconhecidos como simples (chegar atrasado com justificativa não regulamentada como, por exemplo, atraso do transporte coletivo público) eram punidos com a permanência no quartel até às 21h. a reincidências destas transgressões ou a prática de outras transgressões mais graves (atraso superior a determinado período ou a falta) tinha como punição a perda da concessão de ir para casa nos finais de semana.

Essas punições, durante as atividades escolares de formação, são uma preparação para a vida policial militar que adota os outros dois códigos de disciplinas mais rígidos, o Código de Disciplina do Exército Brasileiro (RDE) e o Código Penal Militar.

O RDE “tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas” (Brasil, 1984). Segundo o artigo 3º. do Código, o espírito da camaradagem é indispensável à formação e ao convívio entre os familiares e militares. Assim, é dever do superior tratar os subordinados, especialmente os recrutas, com interesse e bondade; já o subordinado é obrigado a ter respeito e deferência com os superiores.

No Anexo I do referido Código, há 113 itens de transgressões disciplinares (que não chegam ser crimes civil ou militar) que regulamentam as relações entre os militares, algumas objetivas como utilizar o anonimato (nº. 2), contrair dívida que não superior as suas possibilidades (nº.33), ter pouco cuidado com a apresentação individual (nº.39); e outras de caráter subjetivo como, por exemplo, freqüentar lugar incompatíveis com o decoro da sociedade ou da classe policial (nº. 42), desrespeitar em público as convenções sociais (nº. 85), entre outras.

Nesse ritual de passagem, é comum que muitos alunos (as) peçam *baixa*. Pedir baixa é reconhecer que não se adaptaria à disciplina citada anteriormente. As avaliações de conhecimentos não interferem na condição militar. Pode o (a) aluno(a) ser um(a) excelente estudante das técnicas e tecnologias policiais, assim como ter um bom conhecimento jurídico, entretanto, deve ter a disciplina militar incorporada ao seu cotidiano.

Essa vida regada ao extremo pelos códigos de condutas contribui para a formação da identidade do(a) policial militar e, conseqüentemente, para o reconhecimento do não policial, do não militar. O antagônico se forma: o(a) policial militar respeitador dos costumes e de todas as ordens, militarmente disciplinado que tem a “função” de preservar a ordem pública; e o outro, o possível desrespeitador e com outras disciplinas.

Segundo Pinto (2002), essa dicotomia, própria do trabalho policial militar, influencia as relações dos policiais militares com outros militares e com os indivíduos da comunidade.

Outra característica deste trabalho, que influenciará na produção da identidade, é a visão que se tem do Outro imposta pela Instituição. A partir da formação do seu profissional, a Instituição propicia uma deturpação na forma do policial militar perceber o Outro. Durante o processo de formação, o policial militar é treinado para ver no Outro sempre um suspeito. O Outro traz em si sempre a possibilidade de ser o inimigo, contra o qual o policial militar terá que atuar profissionalmente. Essa possibilidade contamina toda a relação do policial militar com a comunidade. Contamina tanto a relação pessoa – pessoa, quanto a relação profissional – pessoa. [...] pode ocorrer uma “fuga psicológica com limitação com a comunidade”. Em função desta eterna suspeição o policial militar evita os momentos em que pode se relacionar com os outros membros comunitários, passando a levar uma vida de reclusão junto à família. A consequência inexorável é contaminação das relações coletivas, com poucas chances de produção de capital social e queda da solidariedade, da fraternidade nas relações intersubjetivas com o Outro. O atuar violento pode passar por aí. Se existe sempre a possibilidade do Outro ser inimigo, ao atuar o policial já vai ‘armado’, já se posiciona para reagir contra, a agir agressivamente. (PINTO, 2002: 124)

O processo seletivo é a primeira fase de homogeneizar um grande número de indivíduos heterogêneo. Diminuir o grupo para um perfil que tenha a mesma característica corporal, com a idade aproximada e com o mesmo perfil psicológico já demonstra certa homogeneidade. Entretanto, o grupo tem em seu núcleo candidatos (as) que trazem consigo valores que podem ser discordantes e os(as) identificam com alguns grupos (no caso religioso, ser espírita ou cristão católico/protestante; ou valores étnicos ou pertencentes a grupos de classe (já que tem aumentando a candidatura de jovens pertencentes à classe média baixa) que “necessitam” ser homogeneizados com o pertencimento à corporação (PINTO, 2001) . Não estamos dizendo que serão negados, mas sim terão que ser inter-relacionados com os valores policiais e valores militares da profissão. Estes valores é que passarão normatizar a vida pública e a vida privada dos futuros policiais militares do Distrito Federal.

3.2.1 - Formação Militar

Como demonstrado anteriormente, o início da formação do soldado policial militar é denominado Semana Zero. A característica principal deste período é ensinar ao indivíduo a disciplina militar e, através desta, subordina-lo à hierarquia militar. Todavia, o pano de fundo deste construto é a identidade militar.

A hierarquia policial militar tem quatorze níveis subdivididos em dois grandes ciclos: as praças correspondem aos soldados de segunda e primeira classe, os cabos e os sargentos, são três níveis para estes, e os subtenentes. Já o ciclo dos oficiais é composto por tenentes (primeiro e segundo) que participam do ciclo dos oficiais subordinados, pelos capitães que participam do ciclo dos oficiais intermediários e os majores, os tenentes-coronéis e os coronéis do ciclo dos oficiais superiores.

A seleção para cada ciclo é distinta. É perceptível como que o instrumento seletivo, baseado na meritocracia vigente da sociedade brasileira, filtra os candidatos, em processos seletivos distintos, que serão instruídos nas edificações que estão escritos **“Aqui nasce o futuro comandante da Polícia Militar do Distrito Federal”** (instituição de ensino para a formação de oficiais) ou para o edifício que tem seus dizeres **“As palavras convencem e o exemplo arrasta”** (instituição que forma os futuros soldados policiais).

A identidade militar é mais marcante nos oficiais. Estes “jogam” mais com o militarismo por fiscalizarem as ações das praças. Os policiais militares oficiais podem utilizar adereços em seus uniformes que são proibidos às praças. Usar espada, determinados símbolos de metais, participar de determinados eventos são “benesses” apenas para os oficiais.

Na PMDF há a possibilidade de um policial militar torna-se praça pelo tempo de serviço, mas este policial não poderá ser cadete, um aluno oficial. Fará o curso de adaptação. Ainda mais, não participará do mesmo quadro profissional, o quadro de policial combatente, mesmo passando aproximadamente vinte anos de serviço neste quadro. Este será um policial do quadro administrativo, não exercerá função de comando e de combate. Percebemos também que estes policiais não frequentam os clubes de serviço dos oficiais.

Há um conflito velado entre os oficiais e os oficiais que foram praças. Todavia, em última instância, todos são oficiais. Todos somente são promovidos com um decreto do governador. Não tem o comportamento classificado como as praças.

Até o tratamento psicológico oferecido pelo CASO é diferenciado, segundo o policial entrevistado

[...] Os oficiais fazem a avaliação e de lá [do CASO] eles são encaminhados até por conta do programa, porque lá existem dois programas, eu acho que não teria como separar entendeu, até pra não gerar confusão. Por exemplo, o soldado está ali dentro e tem varias atividades e uma delas é a agroterapia, onde ele vão lidar com o cultivo de horta e essas coisa lá funciona lá dentro mesmo a fazendinha já é outro estágio essa questões os trabalhos manuais que tem que ser feito e aí a gente não sabe ate aonde vai esta questão dos oficiais, o oficial iria fazer, não iria fazer (Soldado Policial Militar, psicólogo com doze anos de profissão policial)

Percebemos que a qualificação do soldado, ser psicólogo, não o credencia a realizar as terapias com um oficial, principalmente porque envolve trabalhos manuais e poderia aparentar um hierarquia por ter uma pessoa ordenando – um soldado – e alguém realizando trabalhos manuais – um oficial.

Esta escala hierárquica e a legislação vigente tem um caráter de intercruzamento com outras instituições militares. Assim, durante a semana zero, os (as) alunos (as) aprendem, por exemplo, que o soldado policial militar deve obediência militar ao cabo do Corpo de Bombeiro Militar ou que o Tenente policial militar é subordinado hierarquicamente a um Major do Exército Brasileiro.

Nesta fase, como dito anteriormente, o rito de passagem da vida civil para a vida policial militar exige mudanças corporais e comportamentais: cabelos são cortados, submetem-se ao traje civil (camisa branca, tênis branco e calça jeans azul) por um período longo, a andar dentro do quartel com as mãos para trás, ou se for fazer algum deslocamento tem que ser correndo.

Além de tantos outros comportamentos de submissão e da exigência lingüística, o recruta⁷ aprende que há normas militares de vestuário (Regulamento de Uniformes), de cumprimento e saudações militares (RCONT, Regulamento de Continência), e, principalmente como forma reguladora das condutas, já que a socialização tem um caráter educativo e punitivo, as normas regulamentares do comportamento do policial militar (Regulamento Disciplinar do Exército) que dita até mesmo que o subordinado deve ceder o lugar no ônibus público se reconhecer um superior hierárquico que esteja em pé.

O Regulamento Disciplinar é o código que assegura que o pundonor militar esteja presente em todos os militares e a conduta de todos seja única, uniformizada

⁷ Denominação dos militares aos soldados em formação. O termo indica que o militar está sujeito a base da hierarquia, portanto, os soldados formados tem precedência ao recruta, não é um termo regulamentada, mas está no processo inicial da formação, e todos os policiais formados, inclusive aqueles que não fazem parte do grupo responsável pela formação o identifica e, geralmente, exige respeitos militares e condutas de submissão já que o(a) aluno(a) está em estágio probatório, além das sanções militares como a prisão a bem da disciplina e das retenções nos finais de semana.

perante a sociedade. É neste momento que aprendem que o militar não tem folga, é militar vinte e quatro horas por dia, todas as precedências de um superior hierárquico são mantidas na vida privada.

Toda a vida policial militar será disciplinada por estes regulamentos, tanto a vida pública (as unidades policiais militares, a área de serviço dos policiais) e a vida privada (residência, vizinhança, escola ou faculdade e etc.). (STELLA, 2006)

Um ponto interessante a ser destacado é que o período de formação do(a) aluno(a) é suficiente para que este (a) seja reconhecido (a) como um militar pelo seus pares, ainda mais, é cobrado pelos outros policiais militares como um militar. O que cabe ressaltar ainda é que todo este arcabouço jurídico militar precede a formação policial, que estará ancorada na formação policial apesar de, às vezes, serem conflitivas.

Outra questão destacável é quanto à aproximação e distanciamento entre os militares das diferentes instituições. Apesar de haver um perceptível atrito entre os militares das forças armadas, principalmente por haver este intercruzamento hierárquico, a identidade militar os uni e, assim, há a dicotomia pessoas militares e pessoas não-militares. Estes conflitos serão debatidos no capítulo seguinte.

3.2.2- Formação Policial

No Curso de Formação de Praças, curso que substituiu o Curso de Formação de Soldados da PMDF para “formar” os recentes policiais contratados, de longe ouvia os policiais em formação cantando a *Canção do Policial Militar*.

*Em cada momento vivido
Uma verdade vamos encontrar
Em cada fato esquecido
Uma certeza nos fará lembrar
Em cada minuto passado
Mais um caminho que se descobriu
Em cada soldado tombado
Mais um sol que nasce no céu do Brasil*

*Aqui nós todos aprendemos a viver
Demonstrando valor, pois o nosso ideal
É algo que nem todos podem entender
Na luta contra o mal !*

*Ser Policial
É, sobretudo, uma razão de ser
É, enfrentar a morte,
Mostrar-se um forte
No que acontecer*

*Em cada pessoa encontrada
Mais um amigo para defender
Em cada ação realizada
Um coração pronto a agradecer
Em cada ideal alcançado
Uma esperança para outras missões
Em cada exemplo deixado
Mais um gesto inscrito em nossas tradições*

*Em cada instante da vida
Nossa polícia Militar
Será sempre enaltecida
Em sua glória secular!
Em cada recanto sagrado
Deste amado solo brasileiro,
faremos ouvir nosso brado,
o grito eterno de um bravo guerreiro !*

*Ser Policial
é, sobretudo, uma razão de ser
É, enfrentar a morte,
mostrar-se um forte
no que acontecer.*

URRA!

Na presença de familiares, como parte do rito de passagens, no momento que os policiais “tiveram a honra” (segundo palavras do Comandante Geral presente na cerimônia) de utilizar a farda pela primeira vez ouve-se de longe mais de seiscentos “recrutas” entoando a Canção do Policial Militar.

O canção mescla como se fosse uma única atividade ser policial e ser soldado, todavia, a dinâmica cultural da instituição demonstra dois processos de formação de identidades e de relações sociais.

Apesar de os ritos militares continuarem durante toda a vida policial militar, após o primeiro mês (período aproximada da semana zero), o curso de formação privilegia a formação policial. O arcabouço jurídico penal, assim como todos os ritos processuais penais, é ensinado e demonstrado quais são os procedimentos policiais em caso de ocorrência policial. O ensinamento formal ensina quais os procedimentos legais quando se deparar com crimes, contravenções, infrações penais e infrações de trânsito.

As técnicas policiais coadunam com a formação militar, já que o emprego do policiamento é realizado no mínimo em dupla, o(a) policial recém formado(a) sempre estará em uma relação hierárquica. O superior hierárquico é quem tomará todas as decisões durante a ocorrência policial enquanto o subordinado executará as ordens emanadas. Mesmo que haja preceituada todas as tipificações delituosas e quais os procedimentos legais, as decisões em ocorrências policiais nem sempre são resolvidos pelos policiais militares da forma que “reza” os códigos, mas da forma que os policiais, através das suas experiências policiais dita ser a mais “correta”.

Entretanto, como destaca o soldado policial militar que trabalha no BOPE/PMDF, o período de formação de soldado é apenas a fase inicial da formação da identidade policial. Para o soldado policial militar, as técnicas instruídas no curso não demonstram a realidade do trabalho policial. As ruas, o espaço público da atividade policial, não “permitem” que todos os ritos legais sejam executados ou as técnicas policiais ensinadas são insuficientes para controlar a situação.

Para a maioria dos policiais militares do Distrito Federal, ser policial é ter vivenciado no decorrer do trabalho policial militar o maior número de situações imprevisíveis que ofereça risco ao policial, à equipe de trabalho policial ou a uma vítima. Começa a ser transmitido, durante o convívio da atividade policial, o modelo ideal de policial (MUNIZ, 1999).

Contrariamente ao reconhecimento pelos pares da identidade militar, o reconhecimento da identidade policial se dá pela prática. O policial *novim*⁸, segundo as percepções dos policiais, por ter pouco tempo e pouca intensidade da atividade policial, geralmente não está preparado para o trabalho de rua, segundo os policiais com mais tempo de serviço.

A maioria dos policiais se diz policial quando atuam em ocorrência que necessitam atirar, quando conseguem recuperar objetos roubados ou quando prendem criminosos. Todas estas atividades apresentam peculiaridades que o policial tem que decidir em frações de segundo um procedimento para evitar ferimentos ou a letalidade da

⁸ O policial recém formado é chamado de *novim*, para não ser chamado desta forma terá que passar por outros ritos de passagens para que seja considerado policial pelos outros policiais, como, por exemplo, atender ocorrências que envolva perigo, assumir ações policiais que não cometeu em favor de um policial mais antigo de serviço são alguns requisitos para ser policial.

vítima e dos policiais da equipe; quanto ao criminoso, os policiais militares interpretam que a conseqüências da ocorrência é de responsabilidade dos criminosos.

O controle do risco é o que descortina quem é o policial dos outros, controlar ou gerenciar as emoções é necessário e, segundo os policiais militares entrevistados, não pode ser aprendido nas academias. Trabalhar em uma faixa de pedestre, auxiliar na identificação de crianças perdidas, trabalhar ostensivamente em locais que não são caracterizados perigosos, prestar socorro, realizar policiamento em mananciais e florestas entre outras atividades comuns de policiamento (MONJARDET, 2001) não são “credenciais” para ser um policial.

O trabalho noturno em locais ditos perigosos (Ceilândia, Samambaia, Cidade Estrutural, Riacho Fundo, Recanto das Emas etc.) facilita a entrada em grupos de **policiais** que são reconhecidos como **operacionais**. Ser um policial operacional é aquele que apreende armas, prende traficante e consumidores de droga e recupera objetos furtados e roubados. Contrariamente aos policiais novinhos e até mesmo aos antigos que destoam deste perfil são nomeados pejorativamente e são evitados para formar equipes de trabalho neste locais, até provarem que “merecem” confiança dos seus pares. Nestes termos, a identidade policial se destaca da militar.

Cabe salientar que o reconhecimento de ser ou não policial pela sociedade é semelhante ao reconhecimento do indivíduo militar no meio militar. Para os cidadãos não-policiais militares o simples ingresso na corporação já satisfaz a condição para atuar em qualquer tipo de ocorrência policial.

Assim, há o reconhecimento pela sociedade que o início da formação policial está na academia, como apontou Ricardo Pinto (2001). Entretanto, contribuimos com o

debate quando informamos que o exercício da profissão policial militar pode emergir duas identidades (a policial e a militar) e que a militar pode estabelecer-se na academia, mas a policial “necessita” de vivência e reconhecimento dos outros policiais. Assim, as características da profissão policiais e militares são peculiares e exige uma complexa habilidade para saber “atuar” como policial e, às vezes, como militar.

3.3 - PROCESSO DE FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO POLICIAL MILITAR.

A formação da identidade na pós-modernidade tem sido descortinada através dos diversos debates das/nas ciências sociais. Outrora, alguns autores defendiam que o sujeito era composto de razão, consciência e ação, sendo que suas decisões estavam centradas no eu, no indivíduo. Tal concepção ficou conhecida no meio acadêmico como sujeito iluminista.

Entretanto, Stuart Hall (2001) diz que a contribuição das ciências sociais demonstrou que há uma relação entre o indivíduo e a sociedade; há uma interação entre os indivíduos de tal forma que há influências recíprocas. Tal concepção vislumbra que a identidade é um elo entre o indivíduo e a cultura, preenche um “espaço” entre o eu (“mundo privado”) e a sociedade (“mundo público”); concilia a subjetividade à objetividade social. Assim, a identidade, como demonstra Hall em uma analogia à medicina, sutura o indivíduo à sociedade; estabiliza tanto o indivíduo quanto o mundo social.

Todavia, ao debruçar sobre a questão da identidade é reformulada e analisa as estruturas sociais que influenciam a formação da identidade social. Para Marx e Engels (1973) a pós-modernidade se caracteriza pela mudança rápida das estruturas sociais. Para

estes autores, as relações fixas e congeladas são dissolvidas e até mesmo as recém-formadas relações envelhecem antes mesmo de se ossificarem, “tudo que é sólido se desmancha no ar” (Marx e Engels, 1973:70). A unicidade da identidade dá lugar a múltiplos papéis, agora há múltiplas identidades. Algumas destas identidades podem ser contraditórias ou “não-resolvidas”. Assim, o indivíduo não tem uma identidade fixa, ou melhor, o indivíduo interage “jogando” com estas identidades. Sua estabilidade social necessita que se posicionem frente a um complexo de “paisagens culturais” (questões raciais, de gênero, de classe, profissionais, de etnias e etc.) que é interpelado. Para Hall, uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Hall diz ser um deslocamento e não uma “crise de identidade” as diferentes posições dos sujeitos ocorrido pelo deslocamento do centro único de poder de decisões (identidade única) para uma multiplicidade de poderes (identidade pós-moderna).

Caminho semelhante segue o Antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2006). Durante suas investigações, o antropólogo evidencia que o

Reconhecimento [...] ato expressivo pelo qual este conhecimento confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Constrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é detentora de um “valor” social.

[...] O eu (*self*) é uma instancia superordenadora (superordinate) de uma pluralidade de identidades, ainda que, delas, ele não esteja desligado (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006: 31)

Neste contexto, o processo de formação da identidade e a sua manutenção ganham destaques para que se torne um centro de poder e se tornem proeminente em relação aos outros, a formação da identidade ganha relevância em relação às outras identidades.

Partindo destes pressupostos referentes à identidade na pós-modernidade, creio que a discussão acerca da identidade policial, partindo do conceito de deslocamento do centro de poder, pode ter um melhor êxito ao tentar entender as influências da identidade policial formada a partir da atividade laboral no mundo social (privado e público) dos policiais militares do Distrito Federal.

Assim, a instituição consolidada em 1809 para policiar a capital do Brasil recruta seus membros pelo voluntariado. Estes novos membros recebem uma socialização secundária (Berger, 2004) totalmente diferente das socializações profissionais dos demais indivíduos. A socialização prima pela construção da identidade policial militar (ou, segundo a interpretação que tivemos, a identidade policial e a identidade militar) e o controle das ações dos futuros policiais militares.

O sistema militar utilizado na instituição responsável pelo policiamento ostensivo foi o instrumento encontrado no século XIX para concentrar, regular e dirigir as forças contra o inimigo e controlar os novos membros que eram oriundos do mesmo meio social que era necessário reprimir. Holloway (1997) demonstra que nos primórdios da PMDF os indivíduos que engrossavam e cerravam as fileiras policiais eram homens livres, podendo ter negros libertos, pobres e alguns migrantes. A carga histórica da escolha do instrumento se sedimentou na instituição e o militarismo, alicerçado pela disciplina e hierarquia, controla na atualidade todas as ações dos policiais militares do Distrito Federal.

O processo de formação dos novos membros se caracteriza pela formação profissional (tipificações de crimes, contravenções, infrações e resolução de conflitos pertinentes à profissão) e socialização de valores militares, tanto de solidariedade quanto

de controle das ações individuais profissionais (pública) – normas internas da instituição como o código penal militar e o regimento disciplinar – e das ações individuais privadas – ações individuais como, por exemplo, o casamento, a mudança do local de moradia, a atualização de todos os documentos civis. A formação policial não tem um tempo fixo, mas pode variar de quatro a doze meses para as/os alunos/as com a graduação inicial das praças militares (grupo de militares responsáveis pela execução das atividades policiais militares) e de três a quatro anos para os/as alunos/as a oficiais militares (grupo de policiais militares responsáveis pela fiscalização e planejamento das atividades policiais militares).

Quanto ao processo de formação profissional e, por conseguinte, da identidade policial e militar, consideramos que a instituição Polícia Militar se assemelha a uma instituição total, já que para GOFFMAN uma instituição total pode ser considerada como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, conduzem uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2003).

Assim, não considero uma instituição total apenas aquelas instituições que são circundadas por paredes físicas, mas por “paredes ou limitações sociais” que se revelam na eterna vigilância do panoptismo (FOUCAULT, 1987) e barreiras sociais que são construídas pela própria instituição como forma de autoproteção ou construídas pela sociedade como forma de discriminação.

Outra questão interessante na formação da identidade que já foi mencionada superficialmente, mas que Goffman destaca, é que, mesmo nas instituições totais, não há substituição de algo formado pela cultura, mas pode haver acréscimo. Desta forma, as

identidades de etnia, classe, nacionalidade entre outras, não são substituições, mas convivem com a nova identidade, a de policial e a de militar. Assim, o policial militar continua “representando” os outros papéis que antes representava: a de filho ou filha, mãe ou pai, vizinho ou vizinha, sacerdote, estudante e etc. Ter a identidade de ser branco(a), negro(a), ou asiático(a) , ser heterossexual ou homossexual, ser reconhecido como um sacerdote cristão ou um sacerdote muçulmano não incapacita o indivíduo de conviver com a identidade policial militar.

Entretanto, o controle social da instituição Polícia Militar pode tentar realçar o papel social do indivíduo de policial militar, podendo conter ou controlar ações que eram “naturais” para um estudante (como manifestar-se em público politicamente) que não “condiz” com a identidade de controle que a identidade policial “exige”, e vice-versa. A interação social tipifica ações e as naturaliza, objetivando-as e institucionalizando comportamento que podem até mesmo ser estigmatizadas.

Assim, convém debater e entender quais fatores contribuem para a formação profissional do indivíduo em policial militar, dentro desta rede complexa de “paisagens culturais” (gênero, religiosidade, raciais, classe, fatores políticos e econômicos e etc.) e o quanto a nova identidade policial e a identidade militar construídas através do trabalho podem influenciar as ações cotidianas públicas (mundo social profissional) e as ações cotidianas privadas (mundo social não-profissional).

Como demonstra Ricardo Magalhães Pinto (2002), o processo inicial de construção da identidade policial militar no Distrito Federal se dá pela tentativa de desconstrução da identidade individual. O objetivo da instituição neste momento é homogeneizar todos os indivíduos. Torná-los um só corpo, como se todos formassem

apenas um, como se cada indivíduo fosse a personalização da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF. Assim, como outras instituições totais, a desconstrução é realizada através de diversos rituais, no caso da PMDF,

As práticas organizacionais geram dois momentos conflitantes: a construção de uma nova identidade fundada no *habitus* institucional ao mesmo tempo em que desconstrói, mediante a desvalorização ou substituição dos valores agregados aos papéis exercidos pelo sujeito antes de ingressar na corporação. Desconstruir não significa erodir ou destruir essas múltiplas identidades, visto que no processo de construção da identidade de policial militar tais identidades permanecem embora des-concebidas, des-estruturadas e des-valorizadas. (Pinto, 2002)

Neste momento, a intenção é fazer negar alguns valores e intensificar outros.

Como destaca o soldado policial militar que exerceu a função de psicólogo do Centro de Assistência Social (CASO)⁹ da Polícia Militar em entrevista para esta pesquisa:

Eles [os recrutas] mudam tudo, mudam os valores, comportamentos até mesmo pelas exigências da profissão. Você, passado, não vai poder freqüentar alguns lugares, você enquanto policial vai ter que se resguardar. Não é todos os lugares que você vai poder freqüentar, não é com todo mundo que você vai poder ter amizade, então, há uma transformação sim do indivíduo (Soldado policial militar, psicólogo do CASO-PMDF)

Ricardo Magalhães destaca ainda que a uniformização é tida como um processo subliminar psicológico que indica que os indivíduos sozinhos não existem. O indivíduo somente existirá se o recruta pertencer a um grupo, a um corpo único, unido

⁹ Unidade da Polícia Militar do Distrito Federal responsável por oferecer assistência psicológica aos policiais militares e aos seus familiares. Entretanto, há procedimentos distintos para praças e oficiais: o praça é atendido pelos psicólogos da instituição e todas as atividades são realizadas no próprio centro, em alguns casos o atendimento é realizado em clínica particular; os oficiais são encaminhado ao CASO e são atendidos em clínicas particulares para serem expostos e para não ser atendido por um praça.

pela mesma habitualidade, cremos que podemos acrescentar a esta perspectiva que o recruta não somente se verá no grupo, mas também a sua projeção na sociedade somente se dará através da instituição policial militar. As principais estratégias da Polícia Militar são construídas para formar um novo *hábitus*, sendo uma das principais dinâmicas da construção da identidade militar e da identidade policial. Segundo o autor, os valores destas novas identidades podem resignar os numerosos papéis desempenhados fora da instituição e que podem conter implicações nas relações sociais do (a) policial militar, como poderemos descrever posteriormente.

4 - AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO POLICIAL MILITAR

O trabalho policial militar exige características emocionais peculiares. Gerenciar as emoções é o elemento essencial para que o trabalho seja desenvolvido sem prejuízo. A produtividade¹⁰ do policial pode ser relacionada como que o policial se porta durante as ocorrências policiais. A formação policial, como dito anteriormente, se faz no cotidiano do trabalho, assim, há um processo de ajustes emocionais apresentados nos policiais com maior tempo de serviço do que em outros policiais. Não saber lidar com as emoções e se distanciar quando a ocorrência é caracterizada por algo violento possa desestruturar o modelo ideal de policial.

Dejour (1987) demonstra como que há fatores de estresse que aumentam a produtividade do trabalhador, como, por exemplo, o caso das telefonistas. No trabalho policial militar do Distrito Federal, assim como em outras profissões responsáveis pela segurança pública (SORIA BATISTA, 2005), é a sensação do medo que catalisa a “produtividade policial militar” em várias situações do trabalho.

Para Dejour, o medo está em todas as ocupações profissionais e está diretamente relacionada com o risco, que por não ser quantificável e imprevisível, como poderia ser em outras profissões, a tensão nervosa gera uma expectativa de ficar sempre em vigilância para tentar prever qualquer ação do possível criminoso. Esta eterna

¹⁰ Entendemos como produtividade policial o conjunto de atividades que resultam na sensação de segurança pela ostensividade policial militar. Neste momento, não estamos considerando as instituições que compõem o campo de controle de delito (Garlandi,), apesar de reconhecermos a importância de uma análise macro, e a noção de proteção social e proteção civil (Castel,....), como o desdobramento de tais análise na constituição da sensação de segurança em uma sociedade securitária.

vigilância, ser um policial vinte e quatro horas por dia, é a exigência que causa um maior sofrimento no policial.

Foi observado e confirmado pelas entrevistas realizadas que os policiais preferem não pensar no medo ou nos perigos que a profissão exige. Quem pensa constantemente no medo ou calcula cada perigo de uma ação, antes e durante a ocorrência policial, e não enfrenta o medo “instintivamente” é tido como covarde e não é mais bem visto dentro do meio policial. Como destaca Dejour, esta é uma estratégia defensiva e a eficácia simbólica desta estratégia é assegurada pela participação de todos. Todos sentem medo, entretanto, revelar tal sensação e quebrar o modelo policial militar e é colocar em risco a representação do grupo.

O policial militar sabe que demonstrar a afetividade, o medo ou qualquer outro sentimento que ameace o modelo policial tem como resultado o afastamento do meio policial, e, possivelmente no espaço público e no espaço privado.

A família (principalmente filhos/as), os vizinhos e amigos dos policiais militares compartilham do mesmo modelo policial, mesmo que apresentando uma tênue variação em algumas características. A externalidade e coercitividade do modelo não estão apenas no espaço público, também se apresenta no espaço privado. Esta é mais uma característica do sofrimento policial.

Entretanto, há várias estratégias, mesmo não ditas diretamente, para tentar compor o controle das emoções em uma equipe. As estratégias de um chefe em lidar com os sentimentos individuais dos policiais frente às ocorrências policiais são várias. Entretanto, uma estratégia chamou a atenção quando um sargento policial militar havia dito que em uma guarnição sempre precisa de um policial “estourado” e de um policial

“calmo” para tentar equilibrar a ação da equipe durante as ocorrências. Há um dito no meio policial que “cada ocorrência é uma ocorrência”¹¹ e, segundo o sargento, há, em alguns momentos, a necessidade de utilizar mais “energia” e há momentos que é necessário ser mais “moderado”, e estas qualidades são percebidas em cada policial, sendo que um policial teria mais um tipo de comportamento do que outro.

Outra característica da profissão policial esta relacionada à rotina policial por ser imprevisível. Durante todo um turno de serviço, uma equipe de serviço pode não ser solicitada. Apesar de estar realizando sua função constitucional de policial ostensivamente, há uma sensação de improdutividade¹². Mesmo assim, a sensação de insegurança e o medo são constantes e fazem com que cada atitude seja respaldada ou justificada pelo receio de ser um alvo móvel.

Durante o turno, o policial pode atender ocorrências de conflitos conjugais, pessoas desaparecidas, conflito entre vizinhos, acidentes de trânsito, roubo, assassinatos, entre outras ocorrências. O policial militar trabalha articulando possibilidade de resoluções destas ocorrências em frações de segundo. Para tanto, se sentem na obrigação de aprender com o policial mais experiente durante o serviço para tentar controlar a

¹¹ Segundo os policiais militares, esta é uma das justificativas para o reconhecimento do policial militar pela sua experiência em ocorrências violências, assim, o conhecimento formal realizado nas academias perde força e legitimidade por não poder prever e tipificar ações para as várias ocorrências distintas. O que parece simples ganha grandes proporções quando se fala de controle de condutas policiais já que não há nada que balize tais ações e possa mensurar os excessos cometidos.

¹² Também há sensação de improdutividade quando o policial militar executa serviço de guarda patrimonial ou guarda do próprio quartel. Foi observado que estes policiais sentem-se presos, não tem a liberdade da rua que o serviço policial dá. Não é serviço de polícia fazer a segurança dos alojamentos, de prédios públicos e etc. Algo interessante quando do cumprimento de Ordens de serviço ditas “Maria da penha”. O serviço é inovador e, por decisão judicial, determina que policiais militares “visitem” as residências de mulheres que se queixaram de agressão conjugal. A visita é diária e a vítima assina um documento atestando que o policial verificou se o agressor retornou a casa ou a ameaçou ou a agrediu novamente. Entretanto, mesmo com todos estes elementos que constituem a prevenção do crime típico do policiamento ostensivo não “satisfaz” a representação que o policial tem de Serviço policial.

imprevisibilidade. A busca de alternativas de resolução de conflito que não sejam as resoluções institucionalizadas pelos policiais mais antigos é tida como um recurso não eficaz.

4.1 O CONFLITO DOS PAPÉIS SOCIAIS DO POLICIAL MILITAR

Ricardo Pinto (2002) demonstrou como que a identidade policial militar pode colidir com valores anteriores à formação policial. Para o autor, a formação da nova identidade policial militar é a causa do distanciamento ou isolamento social do policial militar em relação à sociedade. Assim, a reconstrução do EU-Policial-Militar e a maneira encontrada pelo indivíduo como uma economia psíquica.

Ao longo do processo de construção da identidade do recruta todos os conteúdos do meio social internalizado por ele são resignificados, de modo que todos os valores socialmente construídos, através dos processos de socialização primária e secundária, passarão por uma devassa, forçando uma reorganização e revalorização em função desse ordenamento hegemônico. Em função da hegemonia da cultura militar e da identidade de policial militar seus valores pessoais (simbólicos ou concretos) conflitantes com a cultura institucional será desvalorizado. Este processo de re-significação desvalorizante, que ocorre no interstício de dois domínios diferenciados, é complexo devido a existência de tensões e conflitos entre as práticas, conhecimentos e experiências do recruta e a cultura da organização. A estratégia pedagógica utilizada neste processo, para a aceitação dos novos papéis, é a maxi-valorização dos atributos/papéis institucionais em detrimento, ou sub-valorização, dos valores/papéis individuais. Como estes novos papéis, exaltados na sua máxima potencialidade, muitas vezes colidem com os papéis desempenhados junto à família, partidos político, igrejas, comunidades, agora apresentados de uma forma negativada, acabam gerando conflitos identitários para os policiais militares (Pinto, 2002)

Diante do exposto, cremos que tais premissas satisfazem a perspectiva psicológica, entretanto, observando as interações sociais sob a ótica antropológica, percebemos que o isolamento dos profissionais da Polícia Militar e ação policial não se

constituem somente pela formação da identidade, como foi constatado por Ricardo Magalhães Pinto.

Inicialmente, a partir da percepção que a Polícia Militar produz duas identidades, entendemos, diferentemente do autor Ricardo Pinto, como que o policial militar se apresenta no espaço público como Policial e como Militar, jogando constantemente com as identidades dentro de um contexto social e guardando suas preferências para momentos específicos.

Pinto explica de uma forma didática os conflitos entre a sociedade e a polícia utilizando um modelo de um rio em que a sociedade protegida está de um lado e os marginais do outro. Quando os marginais entram o rio a sociedade chama a polícia para fazer com que voltem para a margem.

Este modelo perpassa pela legitimidade da ação policial militar. Percebemos que a atividade policial desempenhada é, no mínimo, legitimada por parte da sociedade, assim, as ações policiais militares são focadas para a proteção patrimonial e de valores que nem sempre os policiais militares têm ou compartilham pela estratificação social (classe, status, etnia/raça etc.).

. Todavia, a configuração do rio que o autor sita não seria marginais/bandidos de um lado do rio e a sociedade do outro lado do rio, mas entendemos que uma pequena parte da sociedade fica em uma margem enquanto a outra grande parte fica do outro lado. Quando algum indivíduo da grande parte tenta passar para o outro lado, a polícia o retira, entretanto, pelas características do seu trabalho de manter a ordem vigente, o policial age mantendo-o fora do rio (área limítrofe policiada).

Entretanto, o local de residência dos policiais e o local da sua socialização primária está na margem que comporta grande parte da sociedade. Nenhum dos indivíduos, de ambas as margens, não se identificam com o policial. Assim, o policial militar se isola e também é isolado da/pela sociedade, não podemos perder de foco a interação social.

E, finalmente, daí resulta mais uma característica do sofrimento policial. Tanto no espaço público quanto no privado o sofrimento policial se faz presente pela diversidade de papéis sociais e seu lócus social, podendo este sofrimento “contaminar” a família e os indivíduos do espaço privado que o policial militar compartilha. São com tais premissas antropológicas que desenvolveremos neste capítulo a definição dos espaços público e privado e como o indivíduo policial e militar interage, vislumbrando o sofrimento policial que resulta destas relações nestes espaços.

4.1.1 - O espaço público do trabalho policial militar

O espaço público, o espaço comum a todos e todas é multifacetado por diversas categorias construídas como, por exemplo, classe, gênero, etnia/raça, gerações e status político. O local de interação do policial é o mesmo do campo de controle do delito. Em outras profissões há a delimitação espacial. O profissional da medicina, por exemplo, separa o local de sua atuação do demais espaço. Este espaço é delimitado, há o controle do(a) profissional. Assim, como descreve Goffman, há o espaço dos bastidores e da atuação bem delimitado, o roteiro está bem delimitado. Não há muito espaço para improvisos. Qualquer alteração da rotina geraria desconforto.

Outro ponto importante a ser destacado é que, enquanto policial, há o reconhecimento da sociedade que o policial é o indivíduo que em todo momento é o responsável pela segurança pública, por manter a ordem social. Diferentemente de outras profissões, como profissionais da construção civil, docentes, açougueiros, ser policial militar implica a utilizar o espaço de trabalho que também é o espaço de lazer, de estudo, de amizade, entre outros.

Assim, há uma participação diversa, onde todas as identidades são expostas: participa como policial e expõe todas as suas identidades, mesmo que seja reconhecida predominantemente a identidade policial e a identidade militar. O não reconhecimento das outras identidades enaltece as identidades policial e a militar. O dito *ser policial vinte e quatro horas* não deixa espaço para ser estudante, colega de classe, participante político, voluntário, entre outras.

Essa característica foi relatada por um estudante de graduação. Estudante de Sociologia na Universidade de Brasília, imaginando como que ser policial e militar na sociedade brasileira é ser marcado por um estigma (GOFFMAN, 2003), o aluno preferiu esconder suas identidades.

A intenção era somente uma, ser estudante. Relatou que pôde participar de manifestações na Praça dos Três Poderes; debater a legalização de entorpecentes; e, até mesmo, debater a instituição Polícia Militar e as ações policiais, algo que não tinha espaço anteriormente.

Interessante que, nos momentos de protesto na Esplanada dos Ministérios sentiu um certo desconforto por temer ser descoberto pelos policiais militares que estavam em serviço. Sabendo do discurso dos policiais que tal ato político é para

desocupados, desordeiros, entre outras adjetivações dadas, preferiu esconder-se na multidão. Escondia dubiamente: escondia sua identidade policial e militar dos estudantes, e escondia sua identidade de estudante participante de um ato político dos policiais militares. O medo também era dúbio: temia não poder participar tanto de um (atos políticos que a desconfiança que um militar poderia gerar nos estudantes como informante) e temia não participar dos grupos policiais, ser isolado no trabalho por ser um *arruaceiro*. Não era um medo apenas dos códigos militares por ofender o pundonor militar, a moral da instituição, mas por perder a sociabilidade que sua condição de policial dava.

O espaço era o mesmo, a atuação que era distinta. O mesmo palco, a mesma peça, entretanto, por vezes representando papéis diferentes. O mesmo medo sentiu posteriormente quando estava trabalhando no mesmo lugar como policial militar, fazendo a segurança predial dos ministérios na Esplanada.

4.1.2 – A complexidade de ser cidadão e de ser policial

O controle das atividades policiais militares no Brasil, de forma endógena ou exógena, tem sido o tema central para a construção de uma sociedade democrática. Muito se tem apresentado por controles institucionais das condutas policiais em serviço (COSTA, 2004), assim, a o profissionalismo individual (imparcialidade, conhecimento teórico acerca das técnicas policiais vigentes e do arcabouço legal), independente do

contexto sócio-político da ordem vigente, é ressaltado para normatizar as ações policiais militares¹³.

Entretanto, pouco se tem discutido a influência dos elementos constitutivos do espaço privado na atuação do policial no espaço público. Neste sentido, o controle das emoções individuais e as percepções subjetivas de cada indivíduo para a resolução dos conflitos são elementos preponderantes, percebendo a constituição da identidade policial e da identidade militar como elementos constitutivos desta subjetividade.

Desta forma, foi observado durante as entrevistas e nas observações participantes que policiais que têm filh@s e atendem ocorrências em que a vítima tem características semelhantes aos dos próprios filh@s (idade, cor da pele, gênero, trajés, linguagem) agem de maneira diferente de policiais que não tem filhos; da mesma forma, policiais casad@s que atendem ocorrência que envolve briga entre marido e mulher, o início da fala destes policiais são “eu sei o que é isso” e geralmente tentam resolver o conflito sem o registro nas delegacias; policiais que pertencem a certo grupo religioso, por exemplo, protestante podem agir de maneira diferente quando atuam com grupos de umbanda do que agiriam com algum grupo cristão, mesmo que seja católico.

A partir destes pressupostos, foi percebido que alguns sentimentos (que classificaríamos como próprios das condutas individuais na esfera privada, própria dos pais e das mães, dos filhos e das filhas, e, extrapolando a esfera privada para a conduta pública, de cidadão ou ser político) influenciam as condutas policiais e de certa maneira catalisam ou inibem a produtividade policial, dentro da ótica de controle e de dominação.

¹³ Para discutir mais normas de condutas policiais ver (Arthur e Stella.)

Como foi salientado, a multiplicidade das identidades pode causar conflitos no indivíduo, entretanto, vários valores são socializados tanto na socialização primária quanto na socialização secundária (BERGER, 2004) e, por isto, *transpassam* várias identidades. O sentimento de justiça, entre outros, coaduna esta peculiaridade.

O sentimento de injustiça inerente ao (à) cidadão (ã) (na perspectiva da esfera pública) e ao pai/filho ou à mãe/filha (na perspectiva da esfera privada) frente a atos que há a possibilidade de ficarem impunes ou frente a atos hediondo geralmente sobressai às expectativas da qualificação profissional policial militar.

Em muitas ocorrências que são atendidas por policiais militares esta influência do sentimento é evidente: indivíduos que cometem violência sexual, latrocínios (categoria de crime que inicia com o roubo e redundando em homicídio), ou acidentes de trânsito que envolva condutores embriagados são apenas alguns dos delitos que o sentimento de injustiça influencia na ação policial militar.

Da mesma forma, outros sentimentos ou estados psicológicos (raiva, angústia, depressão) que são provenientes da atividade privada também influenciam a atividade policial militar. Os conflitos conjugais ou entre gerações próximas da família (pai/filho e mãe/filha), problemas financeiros são alguns destes exemplos. Assim, o controle dos sentimentos, em alguns momentos próprio da atividade policial e em outros próprios à participação de papéis sociais são fatores que interagem na atividade profissional do policial militar. Outras identidades, anteriores à formação policial militar, interagem na atividade policial. Discutamos agora, como que a relação policial e militar interagem na atividade policial.

Outro ponto a ser destacado é que o policial militar, geralmente, não tem conhecimento do resultado final de seu trabalho, isto gera uma sensação que o trabalho não está completo. Como ente constitutivo do campo de controle de delito (GARLAND, 2001), o resultado do seu trabalho seria o não cometimento do crime, a prevenção do crime pela ostensividade policial.

Mas como a construção de policial ideal está alicerçada em prisões, no afastamento do criminoso da sociedade, e, até mesmo, no salvamento das vítimas de crimes, saber se o criminoso continua preso ou se a vítima está viva faz parte da percepção do trabalho feito, do sentimento do dever cumprido.

Quanto ao policiamento do espaço que o policial utiliza para atividades privadas como, por exemplo, sociabilidade com a vizinhança, torna-se mais complexo ambas as atividades, o que será adiante.

4.1.3. - Ser policial e ser militar: uma relação de aproximação e de afastamento

Como foi mencionado no capítulo anterior, o processo de formação militar precede à formação policial e a identificação própria e o reconhecimento da identidade militar alheia se dá ainda na academia. Entretanto, temos que pontuar que a intensificação da identidade e sua influência na ação policial militar é diferenciada e esta diferenciação depende da peculiaridade da unidade policial militar¹⁴. Assim, há unidades com um maior viés militar do que outras, assim como os policiais que trabalham nestas unidades apresentam maior proximidade com a identidade militar que outros. Não estamos apenas

¹⁴ As nomeadas unidades policiais os Batalhões e as Companhias policiais militares e segue uma cadeia de comando que é subordinada ao comando geral da instituição. Geralmente, as unidades policiais que mantêm os policiais militares enclausurados e que a atuação policial é própria para o controle de distúrbio civis valorizam mais a identidade militar do que outras. Portanto, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e o Regimento Montado (CAVALARIA).

pontuando os aspectos físicos dos prédios que conservam em suas dependências alojamentos que separam e reproduzem a hierarquia militar como forma de conservar a disciplina. Nestes prédios, há alojamentos para policiais militares soldados e cabos separados dos alojamentos de sargentos e subtenentes; que também são separados dos alojamentos dos oficiais subordinados; dos oficiais intermediários e dos oficiais superiores.

Assim como as identidades anteriores à formação profissional influenciam na resolução de conflitos e no desfecho das ocorrências policiais, a identidade militar também influencia na atividade policial militar. Não são raros os casos que a questão militar é evocada por parte de um dos envolvidos em ocorrências que são atendidas por policiais militares. Somente para pontuar, relatemos resumidamente um caso que um Major Policial Militar do Distrito Federal tentou interferir em uma ocorrência policial militar

Em uma certa noite, na cidade satélite do Distrito Federal, durante uma abordagem a um veículo, foi verificado que o condutor não estava portando a Carteira Nacional de Habilitação. Após ser inquirido, o condutor telefonou e informou que um parente estava trazendo o documento de porte obrigatório. Os policiais continuaram abordando outros veículos enquanto esperavam a apresentação do documento. Apresentou-se no local um Major de polícia para tentar solucionar de outra forma a situação. Após várias tentativas do soldado policial que abordou o veículo em informar ao Major a questão legal que o policial tinha que seguir, o Major ordenou que o soldado cessasse a sua fala e resolvesse a ocorrência. O soldado policial agiu da forma legal, notificando o condutor. Foi interpretado como uma insubordinação e uma sindicância foi aberta, entretanto, para verificar a atitude do Major e os procedimentos legais do soldado. (Policial Militar com 12 anos de serviço)

Na situação exposta, as prerrogativas do Major estão presentes inclusive na hora de folga do policial. Não são raros os casos que a interferência de superiores hierárquicos influenciam na resolução das ocorrências policiais. São raros os casos que os

subordinados não realizam as solicitações dos superiores por medo de retaliações no ambiente do trabalho ou por corporativismo militar.

Há várias situações, que em locais de abordagem, os policiais militares privilegiam os militares (liberando rapidamente os indivíduos com a identificação documental). Inclusive os parentes dos militares, comuns com a identificação documental de esposo (a) de militar, filho (a) de militar. Esta relação profissional se estende há todas as instituições militares brasileiras (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira e Corpo de Bombeiro Militar), a identidade militar é o elo entre as instituições.

É comum compartilhar o sentimento de repúdio ou aversão ao *paisano*. Denotativamente, paisano é a nomenclatura dada ao militar quando não estar fardado; como o indivíduo é militar e não há horário de folga, sua condição somente se diferencia nas suas vestis, se esta fardado ou a paisana. Entretanto, há a conotação de paisano ao não militar. A expressão “só podia ser coisa de paisano”, comuns nas falas policiais, explicita como os paisanos são representantes de um grupo desordeiro e indisciplinado que “necessita” dos policiais militares. A exceção e o limiar é o familiar do militar, que, apesar de paisano, é “tolerável” e, às vezes, compartilha desta relação.

Entretanto, como foi inicialmente demonstrado, com a mesma intensidade que a identidade militar aproxima os militares ela também pode afastar os policiais dos militares. Assim, há a dicotomia nas falas dos policiais em ser militar e ser profissional, este em detrimento daquele. Há casos relatados que há a quebra de hierarquia militar em favor da identidade policial.

No batalhão da cidade de Ceilândia, um soldado policial queria trabalhar com a viatura que trabalhava todos os plantões, entretanto, com a chegada de um

sargento no Batalhão, a viatura ficaria com a equipe do sargento. O soldado policial gozava de uma reputação de ser um bom profissional, ser um bom policial. Ele tinha um grande índice de apreensão de armas de fogo e de prisões em flagrante. O sargento, novato no Batalhão mas com todas as prerrogativas de sargento, reclamou ao oficial, o responsável pela unidade. A decisão não surpreendeu os policiais da unidade policial: o soldado continuou na viatura, e, para o sargento não se sentir constrangido, ganhou o dia de folga.

Outro ponto importante é a falta de informação que as praças geralmente têm das operações policiais. Em certos policiamentos, não sabem nem o porque que estão em determinados lugares. Geralmente os oficiais detêm todas as informações. Se uma operação oferecer riscos para os policiais, e estes se recusarem a cumprir a missão poderão ser presos militarmente.

Um exemplo desta situação foi quando planejaram uma operação na divisa entre o Distrito Federal e o Goiás. O local não permite transmissão de rádio das viaturas e ligação telefônica por suas características geográficas. Não havia iluminação artificial noturna. Em um dia de operação os policiais perseguiram um carro e na troca de tiro um policial morreu em serviço. Mesmo com todas as situações de risco para os policiais, no outro dia, mesmo com o falecimento do policial e com as más condições de serviço a operação se repetiu por ordem do comando geral, que o comandante da unidade policial acatou e ordenou que fizesse a operação. O conflito entre as duas “castas” é explicitada nestas relação, um planeja e monopoliza as informações e o outro executa as missões.

Mesmo com as ordens nítidas para todos os policiais, percebemos que as praças utilizam vários artifícios para demonstrar que realizaram as ordens emanadas pelos oficiais sendo que agem da forma que entendem serem as corretas, seguras e produtivas. Neste caso, da continuidade da operação no local específico que redundou na

morte do colega policial, as praças simplesmente foram até o local mas não montaram o bloqueio para realizarem as abordagens.

Os controles das condutas estão na esfera militar, não na esfera policial, entretanto, o resultado significativo à população é fruto deste controle, das condutas militares e não das condutas policiais.

Salientamos apenas que ser policial nem sempre quer dizer ser militar, apesar que a identidade militar é compartilhada quanto é posto de frente ao paisano.

4.2 - O ESPAÇO PRIVADO POLICIAL MILITAR

A sociabilidade primária, composta pelas relações sociais entre vizinhos, família, amigos, colegas de escola geram afetividade entre os indivíduos. Todavia, esta relação pode ser modificada pela profissão do policial que representa o Estado. São raros os casos de profissões que redundam tanto na modificação da sociabilidade de um indivíduo. Representar o controle social sai da esfera pública e atinge o espaço privado, o espaço das relações sociais que teve como início da socialização primária (BERGER, 2004).

Ser policial militar vinte e quatro horas por dia há uma dupla relação: o policial, durante o serviço aborda conhecidos e há o constrangimento por ambas as partes, o policial representa concretização moral ou o força discriminatória do Estado;

Como foi dito, a preocupação policial quanto à segurança pessoal e da família ganha destaque nos discursos policiais. O local da moradia para alguns é um catalisador de violência ativado pelo medo do policial ser reconhecido e de relacioná-lo com a família.

Entretanto, estes guetos ou as periferias são os locais em que as redes de sociabilidade primária se estabeleceram e se firmaram. O trabalho policial quebra esta socialização e o trabalhador policial fica como um corpo estranho. Um policial na periferia não revela sua profissão quando não é conhecido e quando já é conhecido se enclausura limitando seu ciclo de amizade em que pode discutir qualquer assunto aos agentes de segurança pública. Estes pontos serão demonstrados como o conflito e o sofrimento familiar e do policial.

4.2.1- O conflito/sofrimento familiar e do policial

Depois de verificarmos a influências de papéis/identidades da esfera privado, ou não-profissionais, iniciaremos neste momento a discussão da profissão policial militar sobre os não-profissionais, próprios da esfera privada. Concentramos nossa observação na família, amigos e vizinhos dos (as) policiais militares. Como ponto de partida, observemos a fala de um soldado policial,

[...] eu não tinha uma visão muito ampla porque eu era novo, eu tinha 18 ou 19 anos, eu nem sabia o que era polícia¹⁵ direito, para mim a polícia era prender bandido, era ser

¹⁵ Geralmente os policiais militares utilizam o termo *polícia* para denominar o policial. Percebe-se que, segundo a explicação de um sargento que ministrava aulas de legislação e regulamento policial militar, a Polícia se confunde com o policial. Assim, segundo sua fala, o policial é a própria instituição. Curioso que este vocábulo também é utilizado pelos cidadãos que são

herói, porque realmente o policial é um herói, porque o cara sai de casa e não sabe se volta, ele não tem aquela certeza de voltar para casa. Igual a muitos colegas meus que tombavam em serviço. O cara saiu pra trabalhar e foi abatido em serviço. A gente não tem aquela certeza, eu falava para minha mulher eu não tenho hora pra voltar, eu tenho hora pra sair do trabalho, eu não sei a hora que eu volto e não sei se volto, é aquele negócio é um serviço de alto risco, você sai e não sabe se você volta. Se você demora um pouco a esposa, a mãe, o pai já fala: pó, meu filho não voltou ainda, será porque? A família, a filha já fica naquela tensão, será que meu filho volta pra casa? Será que meu filho vai volta? Será que meu esposo vai voltar? Será que meu pai vai voltar? A família em si sofre um pouco com isso, e a gente não tem aquele lazer igual, o natal, o ano novo. A gente trabalha por escala se no natal você ta de serviço você tem que trabalhar, aí a gente tem que deixa o lazer [...] igual eu já planejei que iríamos pro clube, vamos sair, vamos passear, vamos viajar. Aí você planeja tudinho, aí você ta de serviço extra e não tem com você sair, você tem que trabalhar (soldado policial, 18 anos de serviço)

Cremos que os pontos explicitados pelo soldado revelam como o trabalho policial exige um controle das emoções e proporciona sofrimento não só para o profissional, mas também para os indivíduos próximos. Os sofrimentos físicos e psíquicos (irritabilidade fácil, diminuição do humor, agressividade excessiva, insônia, depressão e etc.) inerentes ao trabalhador noturno e ao trabalhador que exige o controle das emoções são percebidos por familiares, amigos e vizinhos.

Principalmente os familiares mais próximos como, por exemplo, cônjuges e filhos(as) se adaptam a realidade do trabalho. A flexibilidade do horário do trabalho e as conseqüências sociais do trabalho policial (redução da rede de sociabilidade, estigmatização por ser policial e etc.) contaminam todo este núcleo.

A falta de previsibilidade contribui para o sofrimento do policial e da família. O planejamento do lazer familiar é prejudicado porque o policiamento ostensivo é intensificado em datas comemorativas (natal, fim de ano, carnaval, eventos esportivos de grande clamor nacional) e em feriados prolongados, assim, o planejamento é realizado, mas não é posto em prática porque o policial é escalado na hora de folga para trabalhar. A

constantemente abordados pelos policiais: “*Chegou os polícia*” é uma expressão comum na periferia para informar que os *policiais* chegaram.

hora de folga é prejudicada também quando o policial trabalha: quando prende em flagrante, o policial tem que representar o Estado no julgamento, na hora de folga.

Geralmente, no horário de folga, os policiais militares se reúnem para o lazer com outros policiais militares. É um grupo fechado que repete a formação estrutural de convívio dos quartéis: policiais praças se divertem com praças e policiais oficiais se divertem com oficiais. Entretanto, nada impede que um oficial se reúna com praças, mas o oficial perde a confiança dos oficiais e, mesmo assim, não será recebido como um igual perante as praças. Este fato acontece porque a identidade militar prevalece sobre a identidade policial, que por sua vez prevalece sobre ser um cidadão. Da mesma forma com os parentes nestes locais de lazer, ser a esposa do sargento é diferente de ser a esposa do coronel, ser filho do coronel é diferente de ser o filho do soldado.

Outro ponto importante é quanto à sociabilidade que o policial mantinha com àqueles da sociabilidade primária como vizinhos, parentes e amigos de escola. Ela é prejudicada em privilégio à sociabilidade com os policiais militares. Este se torna mais latente entre os policiais que atendem costumeiramente ocorrência violentas (assassinatos, roubos praticados com armas de fogo e etc.). Quanto maior a sensação de insegurança que o policial sente mais ele se reúne apenas com policiais. Nas entrevistas isto ficou evidente: churrascos, jogos de futebol, idas a clubes são compartilhado pelo seletto grupo de policiais.

A justificativa é que a vida do policial é muito arriscada. Não se pode confiar em indivíduos não policiais. Entretanto, foi percebido que os policiais, enquanto estão juntos, tanto em serviço quanto no horário de folga, se sentem mais seguros. O que não acontece quando os policiais estão na hora de folga com a família. Os policiais que

trabalham próximo ao local de residência ou sabem que um policial reside em sua área de atuação realizam mais policiamento ostensivo nestes locais, abordam e intimidam mais os indivíduos que ficam próximos a estas residências.

Um policial militar confidenciou que já instruiu o filho de cinco anos de idade que não fale na escola que o pai é policial. Quando saírem juntos para uma atividade de lazer e alguém da família escutar um estampido todos devem se jogar no chão porque pode ser alguém tentando se vingar do pai que o prendeu. O curioso é que está instrução foi passado para todos da família, inclusive o filho que diz que o pai é professor. A casa deste policial é cercada por cerca elétrica, é a única casa da quadra residencial e comercial que tem tal dispositivo. O portão eletrônico não é apenas por uma comodidade, mas para a segurança. Quando alguém da casa chega não pode passar pelo mesmo lugar dois dias consecutivos e tem que avisar quando estiver próximo para alguém da família acompanhar a entrada no lote, se for de madrugada, o policial espera de arma na mão. Segundo o policial, ao falar da segurança pessoal

Eu vou ser muito sincero com você: lá no BOPE eu me sinto seguro trabalhando, porque a gente trabalha no mínimo a quatro, querendo ou não a gente tem o equipamento melhor do que das outras unidades, então, na hora que você trabalha o trabalho em si eu não vou dizer pra você cem por cento seguro mais melhor do que um batalhão escolar que trabalha sozinho numa escola, isso no CFAP por isso que eu digo que o treinamento não condiz com a verdade, lá é sempre vai ensinar o que? A superioridade numérica, no escolar trabalhar por superioridade numérica? Trabalha só um policial por escola. [...], eu tiro pela minha casa, eu tenho cerca elétrica, eu tenho portão com interfone, em Brazlândia está tranquilo, se eu chego em casa eu nunca venho pelo mesmo portão ou eu venho pela esquerda ou eu venho por aqui, meus filhos mesmo se acontecer algum disparo eu mando deitar no chão, se eu vou para algum lugar eu nunca fico de costas para um... para um bar. Eu mesmo armado, eu não procuro sentar em ônibus, eu andei muitos anos a paisana para ver se pode ser visto para ver se podia cochilar aí é que começa o stress, eu não tenho sossego, quem me conhece sabe que eu sou assim, se eu vou na igreja eu vou armado, eu já fico vislumbrando aqui se chegar alguém que eu não conheço eu já fico, esse cara aqui pode vim me assaltar eu não conheço ele e é desse jeito, é vinte quatro horas no ato.

[...] se a [esposa] chega mais cedo do serviço, às vezes ela chega três horas da manhã, ela me liga e eu fico aqui esperando ela chegar com a arma na mão esperando ela chegar...

[...] Três horas da manhã. Minha filha vai pra escola de van com medo do pessoal descobrir que eu sou policial, porque quase ninguém sabe entendeu, só as pessoa mais próximas, ate porque eu não faço questão de mostrar que eu sou PM, não ostento não faço questão por motivo de segurança, eu pago van, eu levo mas não deixo... meu filho eu falo ...seu pai é o que, não meu pai é professor , pra na falar que o pai dele é policial, falo isso pra mais velha também

Este policial anda armado em todos os momentos, inclusive na hora de ir à igreja, diz que reza armado e fica preocupado a cada momento com as pessoas que entram no recinto. O local de trabalho do policial está a pelo menos 70 quilômetros de distância do local de residência. O policial trabalha no BOPE e reside em Brazlândia, uma das cidades consideradas mais calmas do Distrito Federal. Entretanto, o sentimento de insegurança do policial e da família faz com que o policial tenha tais atitudes.

Outro policial, que diz que já se casou três vezes porque as esposas não compreendiam o serviço policial, diz que quando sai com a família fala para a acompanhante (esposa ou namorada e filhos) que tem andar alguns passos atrás ou à frente dele para que se alguém for vitimá-lo não acerte a família. A distância entre o policial e os familiares demonstraria que não há vínculos entre eles. Ao se sentar em locais públicos, o policial procura locais que possa ver todos que entram no estabelecimento. Sempre senta de costas para as paredes em restaurantes, salas de aula, coletivos públicos e etc.

Esta sensação de vigilância perene foi percebida na maioria dos policiais que trabalham constantemente com ocorrências violentas e, portanto, nos policiais que são

conhecidos como operacionais. Em nenhum momento os policiais são procurados pelo CASO/PMDF para verificar se estão bem psicologicamente.

Outros policiais dizem que o costume de trabalhar à noite faz com que o relógio biológico começa ficar alterado e segue o ritmo do trabalho, fica acordado à noite e dorme na parte da manhã. Toda a família tenta modificar suas ações para que o(a) policial tenha o descanso. Segundo o psicólogo do CASO/PMDF, este ritmo diferente aumenta o estresse, e, como consequência, há maior irritabilidade e diminui as relações sociais do policial.

Outra questão é a falta de previsibilidade da atividade policial e as consequências desta atividade na família. Um dia o policial pode sair de casa e não acontecer nada, outro dia pode atender ocorrências de homicídio. Entretanto, a vida pessoal, segundo os policiais, tem que ser mantida como se nada tivesse acontecido. Os policiais geralmente não compartilham o que houve no serviço com os familiares, somente com outros policiais. Daí uma separação maior, até mesmo com o cônjuge, por não confiar no entendimento do outro com o trabalho policial ou por não querer preocupar os familiares. Apesar da maioria dos policiais considerarem que a família é o local que o policial “recarrega as energias”.

Apesar de o sofrimento ser perceptível nos policiais e nos familiares dos policiais, há uma pré-noção que a causa do sofrimento é individual. O CASO/PMDF parte deste pressuposto para atender e prescrever aos policiais. É a partir do viés sociológico que contribuimos para tentar problematizar este sofrimento e suas consequências.

As vezes este sofrimento policial é letal. Um caso chamou a atenção sendo que é costumeiro na sociedade e é tomado como natural pelos policiais, exceto por não ter resguardado a própria segurança ao verificar melhor o local. Esta naturalidade também é reverberada na sociedade. O caso é de um policial militar que estava próximo a uma sorveteria com a família (esposa e filho). De repente, percebe que há um assalto a um estabelecimento comercial próximo. Como está armado, age como o esperado pela sociedade, pela corporação e pelo sentimento que o faz agir como que por impulso. Ele vai atender a ocorrência policial, todavia, o fim é trágico, o policial é atingido por um assaltante que estava do lado de fora do comércio.

As honras militares é o reconhecimento que morreu em serviço. A medalha cruz de sangue é a outorga materialmente o reconhecimento do ferimento, no caso letal, ao policial. Até mesmo o enterro do policial é marcado por ritos militares. Chamou a atenção a fala do comandante: *“Nós enterramos os nossos soldados aqui, sozinhos, sem a sociedade que a defendemos”*.

4.3 - O SOFRIMENTO POLICIAL MILITAR

Após explicitarmos a formação da identidade policial e da identidade militar, os possíveis conflitos oriundos desta reorganização e inter-relação de múltiplas identidades do indivíduo e apresentar as características da atividade policial e suas conseqüências no ambiente privado e público, entendemos ser importante apresentar como que o pertencimento a uma instituição com tradição secular limita os acessos, a sociabilidade e explicita os roteiros (COELHO,2005) que os indivíduos devem seguir.

Mesmo que os policiais desejem utilizar outros roteiros, quando identificados, retornam para o roteiro de ser um policial e militar. Assim, apresentaremos neste momento o quanto ser policial e militar aprisiona o indivíduo com o estigma da instituição ou das ações de outros policiais.

4.3.1 - Polícia Militar: Uma Instituição Total Sem Muros.

Relembramos o que Erving Goffman (2003) destaca como instituições totais, sendo aquela instituição que

[...] pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2003:11)

Todas estas características são semelhantes às consequências de ser policial militar. Primeiramente, o grande número de indivíduo homogeneizados pelo processo de seleção, recrutamento e de socialização secundária garante a semelhança.

Estes policiais são separados da e pela sociedade mais ampla, não só pelo longo período de recrutamento, mas também pelos diversos dispositivos sociais construídos pelos membros da instituição e pela sociedade. O medo, a sensação de insegurança, o *ethos* militar e o *ethos* policial, entre outros dispositivos, reforçam a separação entre policiais militares e sociedade. Os muros são construtos sociais que ambas, sociedade e PMDF, utilizam para a própria sensação de segurança e de estratificação social.

O tempo desta separação é incalculável. Mesmo que o indivíduo abandone ou seja expulso da instituição ele vai permanecer com o estigma de policial militar. Sua denominação será ex-policial militar. A instituição continua impregnada a sua identidade. Mesmo nos presídios policiais militares, como é o caso do Batalhão Prisional em Brasília que mantém reclusos Policiais, ex-Policiais, Bombeiros e ex-bombeiros militares o vínculo com a instituição permanece, alguns casos, como os policiais militares presos a disposição da justiça (quando o processo está em andamento), mantem a hierarquia militar com a precedência de chamar pelo posto ou graduação e pelo grupos formados por ciclo de praças e oficiais.

Os dispositivos de separação para evitar a fricção de identidade, parafraseando Cardoso de Oliveira ao conceituar as regiões de fricção étnica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), ficam nítidos quando um componente da PMDF erra durante o serviço, e pela periculosidade da ação policial o erro pode ser a morte de um inocente, acaba “contaminando” todos os policiais. Relatamos alguns fatos ocorridos que tiveram grande repercussão no Distrito Federal e foram relatados como fonte de grande sofrimento pelos policiais militares entrevistados e observados.

Crimes em apuração

Os últimos seis processos abertos contra 13 policiais estarão concluídos até 15 de abril, garante o coronel Cerqueira, comandante-geral da PM. Metade dos casos envolve militares do 8º BPM

4 de fevereiro

Três policiais são investigados por causa do confronto entre o Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope) e foliões do bloco Galinho de Brasília, na 203/204 Sul — o coronel Nelson Souza, então coordenador-geral da Operação Carnaval, o tenente Cláudio Santos, responsável pelo grupo especializado que agiu naquele dia, e o tenente da PM André Cirolini, que teria pedido reforço para desobstruir a comercial. O processo deve ser concluído na quarta-feira.

24 de fevereiro

Cinco soldados do 8º Batalhão de Polícia Militar (BPM Ceilândia) são acusados de espancar o comerciante Gilmar Vareto Damásio, 48 anos, no Quiosque Millennium, na QNN 23/25, Ceilândia. Ele morreu no dia 7. O motivo da agressão teria sido o som alto do quiosque. O delegado da 19ª DP, Raimundo Vanderly Alves de Melo, aguarda os laudos periciais para concluir o inquérito. Os PMs fazem trabalhos internos no BPM.

3 de março

O soldado Horizomar Souza Silva, do 8º BPM, é acusado de matar a tiro o servidor público Sinval Nunes da Silva, 47 anos. O caso ocorreu na QNP 28, conjunto D, Ceilândia, durante uma troca de tiros do policial com um menor. Pela manhã, o soldado frequenta o Centro de Atendimento Social da PM. À tarde, conforme determinação da Corregedoria, o acusado cumpre expediente no quartel, afastado das ocorrências de rua.

6 de março

O soldado Leonardo Kleiton da Silva, 31 anos, lotado no 8º BPM, e o vigilante da Confederal Robson Clementino da Silva, 30, são acusados de espancar até a morte o motorista da Viação Pioneira Gilmário Siqueira Menezes, 35. O crime ocorreu em frente a um posto de combustível, na QNO 15, Setor O, em Ceilândia. O soldado esteve preso no Bope após o fato e agora cumpre expediente no serviço administrativo da unidade onde está lotado.

8 de março

O estudante Jorge Martins dos Santos, 19 anos, foi morto com um tiro de pistola .40, que teria sido disparado pelo cabo do 3º BPM Adriano, no estacionamento da Mansão Castelinho, na MI 5, no Lago Norte, durante uma troca de tiros em um assalto. O cabo Adriano está trabalhando normalmente no Batalhão. Foi aberto inquérito na 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte). O policial responderá pelo ato em liberdade.

8 de março

O rodoviário Edilson Lopes Lima, 32 anos, foi morto após uma abordagem policial em frente a um supermercado do Setor Veredas, em Brazlândia. Na versão dos PMs, Edilson dirigia um Fiat Strada em alta velocidade e não obedeceu à ordem de parar. Perseguido, perdeu o controle do veículo, bateu numa árvore e teria lutado com um policial. Um disparo acertou o rodoviário. Testemunhas disseram que não houve embate físico e que a vítima teria levantado as mãos antes de sair do veículo, mas foi atingida pelas costas.

(SSPDF, 2011)

Caso Novacap é um dos destaques de 1999

A PM foi usada para dispersar manifestação dos servidores. Com tiros de borracha e de chumbo, um jardineiro foi morto. Outros ficaram feridos, inclusive com a perda de um olho.

“Jesus Ferreira Machado e Cláudio Gomes Cabral sofreram lesões sérias nos olhos esquerdos. Os olhos estão sendo retirados para que uma infecção contamine o outro olho. No lugar do globo ocular, estão sendo colocadas próteses”, trecho de uma matéria de Alexandre Garcia.

Esse foi o resultado de uma operação da Polícia Militar durante um protesto dos servidores da Novacap, em dezembro de 1999. Durante a manifestação dos grevistas, o Batalhão de Operações Especiais deu vários disparos, deixando dezenas de feridos. O jardineiro José Ferreira da Silva foi atingido por balas de chumbo e morreu antes de chegar ao hospital. Não houve punidos e até hoje a família aguarda indenização.

“Eu tenho um pouquinho de fé, acredito um pouquinho que talvez, nem que seja daqui uns anos, os filhos dele tiverem a minha idade - 60 anos, algum receba. Não é possível que vá ficar até o final da vida sem receber nada”, diz o pai do jardineiro Balbino Ferreira.

Jesus Ferreira Machado foi um dos trabalhadores que ficou cego de um olho. Só em julho deste ano voltou a trabalhar. Depois do acidente recebe pensão do INSS e dois salários mínimos do GDF.

“Realmente foi uma fatalidade. Eu prestava serviço pra Novacap, tinha que estar lá para buscar os funcionários. E acabei levando um tiro de graça, como todos os outros”, conta.

Todos os acusados pelo crime, incluindo os oficiais da PM, ex-secretários de governo e sindicalistas, foram absolvidos. Na última decisão, o Tribunal de Justiça liberou por falta de provas o tenente da PM, Euzair Teixeira Nunes, apontado pelo Ministério Público e pela Polícia Civil como o responsável pelos tiros que atingiram José Ferreira. Mas a Promotoria ainda quer que o tenente vá a júri popular.

“Na realidade, todos os personagens daquele triste evento foram promovidos. O juiz considerou que não havia sequer indício para o júri popular. Eu recorri e espero que o tribunal conserte essa grande injustiça, porque as provas que existem contra eles, as provas periciais, testemunhais são contundentes, são provas certas, como dois e dois são quatro”, enfatiza a promotora Maria José Miranda (DFTV, 2011)

Todas estes incidentes tiveram grande repercussão, todos os policiais entrevistados disseram que não concordavam com as ações dos policiais, todavia, demonstravam sofrimento por, ao serem observados nas ruas, o único assunto a ser

tratado eram estes. Os olhares incriminadores, os comentários nos ônibus coletivos propositalmente entre dois passageiros para recriminar o policial em público, até mesmo os comentários dos familiares eram os mesmos com o mesmo tom.

Segundo um dos policiais, o mesmo não acontece com outras profissões quando erram, como, por exemplo, um rodoviário que perdeu o controle do ônibus e atropelou fatalmente três pessoas na parada de ônibus. Segundo o policial, “ninguém na sociedade ficou apontando o dedo para os profissionais rodoviários falando que são assassinos” (Policial com 18 anos de serviço). O que não aconteceu, segundo o mesmo policial entrevistado, quando o policial matou um rodoviário acidentalmente em uma abordagem após o motorista fugir da barreira policial. A arma do policial teria disparado acidentalmente. Nesta ocasião, os rodoviários organizaram uma carreata na cidade pedindo justiça e, quando passavam por uma viatura, os protestantes apontavam o dedos e chamavam os policiais de assassinos.

4.3.2 - Um Modelo De Policial Que Sufoca O Indivíduo.

O modelo policial ideal (masculino, destemido, “operacional) sufoca o indivíduo. O policial não pode demonstrar sua “fragilidade” durante o serviço. Um caso de um policial que utilizou certa racionalidade durante uma operação fez com que ele fosse isolado do grupo. Durante uma operação a noite, uma equipe policial deparou com indivíduos que não obedeceram a ordem de parada e atiraram contra a guarnição. Um dos policiais, que protegeu-se dos tiros deitando atrás da viatura, foi repreendido pelos policiais por não ter atirado também e, nos dias de serviços seguintes, ficou no posto

policial e não saiu mais na viatura. Esta fragilidade pode ser demonstrada nas diversas formas de expressão do indivíduo, como, por exemplo, na linguagem verbal, no comportamento etc.

Em caso de ocorrências que envolva morte, é raro quando o policial procura auxílio para lidar com esta situação. Segundo o psicólogo do CASO da PMDF

[...] cada pessoa é uma pessoa e elas tem, cada uma, tem sua forma de passar pela suas dificuldades, pelas ocorrências, por tudo. Aí tem então casos de pessoas que passaram pela mesma ocorrência que envolveu morte e passaram por todos esses trauma, uns adoecem outros não. Só que geralmente quando acontece uma ocorrência muito grave, que tem essa questão assim de assassinato, de homicídio que é uma coisa muito chatas para as pessoas, elas são encaminhadas principalmente por parte do comando sem ele perceber que houve uma alteração no comportamento. Até a própria família se queixa, liga pro comando e fala: olha fulano não ta bem, ta acontecendo isso e isso e isso, então ele toma providencia, ele encaminha para o CASO pra fazer uma avaliação, lá é feita um avaliação psicológica com os psicólogos. Nós temos quatro ou cinco psicólogos. Daí então é feita a avaliação, são aplicados os testes psicológicos e a partir daí é feita a analise. Se precisa ou não precisa de algum acompanhamento. é o que eu te falei tem pessoas que passam pela ocorrência e ficam numa boa tranqüilo né, mas geralmente eles pedem para ficar, a questão assim existe a resistência este mais em relação ao alcoolismo. As pessoas que são encaminhadas elas não se reconhecem por conta do álcool ela não se reconhecem enquanto doente, acham que não, que não interfere no trabalho, que o trabalho deles flui normalmente que em casa está tudo bem e na verdade não é você enquanto policial você sabe que existe certos policiais que já chegam no trabalho de manha embriagados outros com ressaca então é uma coisa que interfere no trabalho só que a maioria não se vê como doentes, como necessitando de ajuda,entendeu. (Policial com doze anos de profissão, psicólogo do CASO)

Em certa ocorrência policial, o entrevistado destaca que

[...] que ouve uma troca de tiro com policiais civis, um policial foi baleado, lá no Lago Sul e nós fomos acionados conseguimos prender três, com arma, fuzil, com troca de tiros e o quarto que foi no colégio do ali na QI 07, aí chegamos a trocar tiros, eu participei realmente, ninguém sabe quem matou, mas o cara morreu, o cara tinha cem anos para cumprir em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, entendeu.

[...] essa ocorrência já começou a meia noite, nós conseguimos terminar o fragrante as dezessete horas do outro dia
[...] Então, depois disso a minha folga ela não teve nenhuma alteração, ninguém foi mandado para o tratamento psicológico, nem nada ninguém perguntou, e eu só fui sentir, vê que esse cara tinha morrido dois, três dias depois, porque o dia que eu cheguei eu fui dormir, aí eu vi que quem ficou mais preocupado mais foi a [nome da esposa] porque era para eu chegar uma hora fui chegar a noite, aí já vem até a desconfiança né, que história é essa ta saindo para trabalhar todo dia e não entende né, mas depois você vê o cara morreu, e aí? (Policial Militar do BOPE, com doze anos de profissão)

Segundo o policial, ninguém do Estado o procurou e o ofereceu ajuda psicológica. Nenhum tipo de diagnóstico foi realizado e todos da guarnição não falavam mais sobre o assunto. Há a postura do policial operacional que deveria ser mantida intacta.

Todavia, não é somente os policiais militares que cobram uma postura segundo o modelo policial ideal, o olhar panóptico (FOUCAULT, 1987) da sociedade também cobra esta postura pré-estabelecida. Assim, o sentimento da vergonha não permite que o policial procure auxílio médico adequado para esta grande pressão social de lidar com a morte, com o risco, com perdas.

Uma das explicações que legitimaria a submissão do indivíduo a condições físicas e mentais tão desgastantes seria a possibilidade de ser reconhecido como um benfeitor da sociedade, como aquele que esteriliza a sociedade e age profilaxidamente quando exercendo o policiamento ostensivo.

Um ponto a ser estudado melhor seria se esta ideologia corrobora para o aumento da violência, já que há a ideologia de estar fazendo o bem não teria um controle social endógeno para o próprio policial forçando uma autoregulação das ações policiais.

É o que percebemos como o encadeamento que Dejours (2004) demonstra como sendo o resultado da exploração da defesa protetora. No caso dos policiais militares, o medo é sublimado (a forma de extravasar este sentimento será demonstrado posteriormente), mas é um catalisador para o aumento da violência que, no imaginário policial, é um fomentador do aumento da sensação de segurança. Sublinha Dejours

O sofrimento só pode ser captado por meio das defesas [...]

A vocação primeira destas defesas é de resistir psiquicamente à agressão que constitui determinadas formas de organizações do trabalho. A coisa complica-se bastante pelo fato de que se essas defesas forem eficazes, elas conseguirão dissimular, com maior ou menor êxito, o sofrimento em questão da própria consciência dos trabalhadores. (DEJOURS, 2004:144)

Entretanto, a própria ideologia da profissão causa sofrimento aos policiais pela falta de reconhecimento da “boa ação” prestada à comunidade. O sofrimento maior percebido no discurso policial é que o policial arrisca a vida pela comunidade e ela não reconhece o trabalho policial. Sempre alguém está insatisfeito com a ação policial: o indivíduo multado e impedido de dirigir por estar embriagado, o familiar do detido, o indivíduo que festeja e tem que abaixar o volume do som, entre outros.

O curioso é que o policial sente que não tem espaço para sofrer. Não pode demonstrar fragilidade durante o serviço. Não demonstra durante a folga com a família ou com os poucos amigos fora da polícia. Então o sofrimento é escamoteando e pode chegar a depressão. (Policial psicólogo com 12 anos de serviço policial).

Somente em momentos que chamo ludicamente de *contação de histórias* que o policial militar pode demonstrar o perigo que sofreu. Seria um instrumento de defesa que envolve não só demonstrar o risco ou de autovangloriação, mas é o único momento em que o policial militar pode transmitir o conhecimento adquirido em tal situação e,

mais do que isto, é o único espaço para falar do cenário, das ações, da fragilidade enquanto ser humano, de reflexão no caso a conduta policial resultasse em erro fatal para o policial, entre outras consequências. É o momento em “em que o sofrimento anda lado a lado com o prazer” (DEJOURS, 2004:160).

Percebi este ritual em vários momentos, principalmente quando um policial começou contar sobre uma ocorrência quando falávamos sobre a influência do trabalho na vida pessoal e da influência pessoal na profissão policial militar em sua residência

[...] é vice e versa, tanto ele leva o serviço para casa, quanto de casa para o serviço. Eu procuro me podar, minha esposa me conhece eu tento podar. Um dia eu peguei uma ocorrência de tráfico de drogas eu vou fazer vomito [o policial começou a fazer ânsia de vômito] toda vez que eu falo eu lembro, antes pegamos o cara e a droga com ele, e perguntamos: na sua casa tem? Também tem e uma arma de fogo, só que as minhas filhas estão em casa, aí a gente foi na casa dele para poder fazer a busca, investigamos em outro lugar, começamos a procura e na hora de fazer a busca abriu a panela de feijão, o feijão estava azedo três dias, e esse feijão, bicho, era o que a criança tinha pra comer e comeu aquele dia, me ardeu o feijão azedo na boca e no nariz é uma coisa assim... o cara é traficante de drogas e não dá de comer para criança, quatro crianças, a mais velha tinha onze, dormia num colchão que... não tinha nada cara, dentro da casa, e o feijão que ela comia, ela falou a gente comeu isso aqui. E quando eu chego em casa, ela [esposa] me conhece eu fico[começou a fazer vômitos novamente]... muitos dias e tanto que eu lembro e se fosse você que contasse eu faço vômito, aí você traz para casa querendo ou não, mesmo inconsciente você traz . Em Itapuã tinha uma casa que entramos pra pegar o cara tinha umas crianças sentadas...dormindo que o colchão era um colchonetzinho, o chão estava mais limpo que o colchonete, e esse menino foi dormir na... brincou e foi dormir, aí tinha um leitinho, um leitinho do governo que o menino comeu no dia, eu, na realidade, [pequena pausa] meu serviço acabou, eu não abordei mais, eu não fiz mais nada, ali me tocou sinceramente, porque coloca a policia para repreender mais não coloca o estado para dar educação, dar saneamento básico e em Itapuã está tudo por isso mesmo. Uma favela, a gente fala Brasília não tem favela, vai em Itapuã que vai conhecer , estâncias I,II e III em planaltina, favelas, aí eu chego e comento.

Apesar de demonstrar a preocupação social, de narrar o fato heroico de prender o traficante, foi perceptível que o policial sentiu alívio em poder narrar finalmente um fato que o incomodava. A contação de história o auxiliou.

As duas orações que se seguem são encontradas fixadas em alguns murais de avisos dos quartéis policiais militares. Interessantes que não são decoradas como algumas orações cristãs, mas em vários momentos, antes de saírem para iniciarem o trabalho, em um instante de reflexão religiosa em que todas e todas oram de acordo com sua religião e em seguida rezam um Pai Nosso (tida como a oração universal no meio policial militar), alguns oram parafraseando as seguintes orações:

Oração do Policial Militar I

*SENHOR, vós sabeis quão árdua é a minha missão, e quase sempre incompreendida pelos homens.
É triste SENHOR, arriscar a minha vida e não ser reconhecido, e algumas vezes criticado ou injuriado.
É triste SENHOR, despedir-me do lar e não ter a certeza de a ele retornar.
Mas é consolador SENHOR, o sentimento do dever cumprido e a certeza de que minha figura anônima evitou um crime ou salvou uma vida.
Dáí - me SENHOR a vossa graça para que possa honrar a minha farda e renovar diariamente perante vós, o juramento de defender a sociedade mesmo com o risco da própria vida.*

Oração do Policial Militar II

*Senhor, muitos não sabem, mas Vós sabeis que não tenho dia certo, hora certa, local certo, obrigação certa, e a qualquer dia, a qualquer hora, onde houver alguém violando a lei, ali haverei de estar para fazê-la acatada e respeitada.
Senhor, Vós bem sabeis quão dura e difícil é minha missão. Quase sempre incompreendida pelos homens.
É triste, Senhor, empenhar-me no cumprimento de uma árdua missão e depois não me sentir recompensado, sendo injustamente alvo de todas as críticas, ataques e injúrias por uma imprensa apaixonada e mal informada.
É triste despedir-me do lar ao sair para um serviço e não poder, talvez, a ele retornar.
É triste, Senhor, partir alegre, feliz para o trabalho e em vez de retornar ao lar ser levado a um hospital.
Muitos não sabem, mas Vós sabeis, que num instante, numa fração de segundo, ante a iminência do perigo, terei de tomar uma decisão imediata, certa ou errada mas uma decisão que, mais tarde, calculada e friamente, na calma de um momento que não aquele, na tranqüilidade acolhedora de gabinetes, será apreciada e julgada.*

Muitos não sabem, mas Vós sabeis que nas Vossas noites, nas madrugadas frias, estarei sozinho, anônimo, perdido nas ruas silenciosas e desertas, mas vigilante, velando para que a população tenha um sono tranqüilo, sem saber, sem ter certeza de que alguém, vela pelo sono dos que em casa ficaram.

Mas, apesar de tudo é compensador, é consolador o sentimento do dever cumprido e o que é mais importante:

Saber, Senhor, que sou útil à sociedade.

É consolador saber que a minha simples presença evitou que um delito se consumasse.

É consolador saber que o delinqüente que matou, que feriu, que assaltou, que perturbou a tranqüilidade alheia, não mais matará, não mais ferirá, não mais assaltará, não mais perturbará a ninguém porque foi entregue á Justiça.

É consolador ver o sorriso inocente das crianças alegres seguras nas escolas, nos parques, ao atravessarem as ruas, porque ali estarei sempre atento e vigilante.

Senhor, dai-me coragem e serenidade para enfrentar o inimigo da lei e da sociedade e que nunca, Senhor, nunca, seja obrigado a usar a arma que o Estado coloca em minhas mãos e que eu possa sempre empregar o poder da palavra, da persuasão, da astúcia e da inteligência.

E quando porventura, falharem todos esses argumentos e tiver que empregar a violência, iluminai-me, Senhor, para que eu possa usar tão somente o mínimo necessário.

Dai-me, enfim, coragem, força e ânimo para renovar diariamente, o compromisso solene que prestei perante Vós, de defender a honra e a integridade da pátria e da sociedade até com o sacrifício de minha própria vida.

Estas orações traduzem o sofrimento policial militar:

- a) Não reconhecimento pela sociedade: para o policial, mesmo que ele dê a vida pela sociedade, não há o reconhecimento. Como mencionado anteriormente, a maioria da ação policial resulta em algum cidadão descontente, mas o cidadão não tem a mesma ótica do policial, não perceberia, por exemplo, que quando o policial notifica um condutor alcoolizado está salvando vidas.
- b) Medo, risco: causador de sofrimento e de “prazer”. Todavia, são raros os espaços para o prazer, já que não há o reconhecimento da sociedade (na visão dos policiais militares), assim, fica somente os sofrimentos e as

defesas criadas pelos policiais que redundam em mais violência contra os possíveis perpetradores das ações criminosas.

- c) Multiplicidade de identidades: saber lidar com a identidade militar faz relacionar-se com a hierarquia e os conflitos intrainstitucional entre praças e oficiais e destes com outras instituições militares; ainda mais, conflitos de todos os militares com os cidadãos civis.
- d) “Sempre-alerta”: Estar trabalhando vinte e quatro horas por dia faz com que a multiplicidade de identidades estejam constantemente em uma relação de fricção (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), e, pelo pouco poder simbólico no meio militar, pouco poder político e social no espaço social público, e pela fragilidade enquanto corpo biológico de manter um estado de atenção constante há mais sofrimento.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após explicitarmos a formação da identidade policial e da identidade militar, os possíveis conflitos oriundos desta reorganização e inter-relação de múltiplas identidades do indivíduo e apresentar as características da atividade policial e suas conseqüências no ambiente privado e público, entendemos ser importante apresentar que até o momento apresentamos o sofrimento dentro de uma perspectiva sociológica das micro-relações, das interações. Entretanto, podemos direcionar o olhar para as relações institucionais e a sociedade, podemos perceber que há uma complexidade de fatores que corroboram para a construção deste sofrimento, além das interações em um universo micro.

Primeiramente, como sublinha Goffman, toda instituição apreende a atenção do indivíduo, entretanto, as instituições totais – e compactuamos que a PMDF é uma instituição total – tende ao fechamento. Mas não podemos esquecer como que se dá a percepção da sociedade frente a este fechamento, se há o interesse dos outros indivíduos não policiais militares em diminuir as forças deste fechamento, destes muros.

O modelo institucional policial militar é o indivíduo que consegue agir dentro da legalidade, seguindo a disciplina e a hierarquia, de forma que todos os ritos legais sejam seguidos, que nunca aja de modo que comprometa o pundonor militar e “agrada” a imagem da instituição. A neutralidade, a imparcialidade são elementos essenciais para tais ações. Não se envolver emocionalmente é a condição para garantir a neutralidade na resolução de conflitos. O policial militar é um soldado, e como bom soldado não discute ordens e nem leis, executa. Para tanto, há um arcabouço militar,

jurídico e disciplina que normatiza a conduta policial, a conduta militar e a conduta pessoal dos policiais militares. O que temos que rememorar é que estes códigos estão inseridos em um campo de controle de delito, construídos socialmente, mesmo que em um contexto social de estratificação intensa.

Do outro lado, há um modelo que o policial apreende da sociedade. Ser “humano” nas ações cotidianas, o indivíduo que salva o cidadão do malfeitor. Aquele que arrisca a vida para promover a paz e o bem estar de indivíduos desprotegidos, sem ter qualquer medo ou hesitação. O reconhecimento do heroísmo é parte constitutiva do herói, sem o reconhecimento não há heroísmo. Entretanto, há mais um sofrimento. A exacerbção do uso da força, a utilização de técnicas que faz mais parte do contexto jurídico-democrático são apenas alguns dos elementos que demonstra quais os meios utilizados para a aproximação de um estado justo que os policiais utilizam.

Outro ponto importante a ser salientado é quanto ao panoptismo social das condutas policiais. Assim como os agentes penitenciários são vigiados pelos detentos, a sociedade vigia a conduta dos policiais. A construção do modelo policial não é só um modelo institucionalizado pela PMDF, mas também pela sociedade. É uma relação dialética de construção. Não estamos dizendo com isto que cada sociedade tem a polícia que merece, mas que, através das estratificações de poder e sua legitimidade, os controles são construídos historicamente dentro de uma rede e que a política de controle é social, as ações das policiais são legítimas em algum ponto, mesmo as mais violentas, mas creio que este ponto poderia ser melhor desenvolvido em outros trabalhos.

Retomando a questão do sofrimento, o policial não encontra espaços para expressar o seu medo. Não há espaço na sociedade como um todo porque não pode ser

desconstruído o tipo ideal de policial, não há espaço na família, não há espaço na instituição policial. Mas o que mantém estes indivíduos policiais militares? Como foram mencionados, a possibilidade de segurança civil e social e a vocação policial. Ser herói, mesmo que só para os integrantes da família, ainda são as respostas para submeter-se a tais sofrimentos.

Ainda não podemos apontar a solução, entretanto, podemos iniciar pela formação policial. A formação não pode ser direcionada para um policial contra um inimigo (como determina a formação militar), e muito menos informar aos novos policiais que são a resposta para a criminalidade, que somente a polícia que pode diminuir os crimes e os delitos. A percepção de que qualquer trabalhador oferece emoções, além das energias específicas a cada profissão, então o esgotamento emocional do profissional policial militar tem que ser acompanhado.

6. BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter L. A construção Social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis. Editora Vozes. 2004

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade no Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 1997a.

_____. Ordem da Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-19030. Rio de Janeiro: Rocco. 1997b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp. 2006.

CASTEL, Robert. A insegurança social: o que é ser protegido?. Petrópolis, RJ. Vozes. 2005

_____. A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones? Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.

COELHO, Edmundo Campos. A oficina do diabo. Rio de Janeiro. Editora Record. 2005

COSTA, Artur T. M. Reformas Institucionais e as Relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque. In: Sociedade e Estado. Brasília, v19, n. 1. EdUnb. 2004.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro. Rocco. 1997

DEJOUR, C.A. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo, Corez/Oboré. 1987.

DURKHEIM, Émile. A divisão social do trabalho: São Paulo: Martins Fontes, 2000

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1979.

_____. Elementos de sociologia teórica. São Paulo. Editora Nacional e Editora da USP. 1970.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987

_____. Microfísica do Poder: Graal, 1985

_____. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1995.

GARLAND, David. Crimen y ordem social em la sociedad contemporânea. *La cultura del control*. Editorial Gedisa. 2001.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Editora Perspectiva S.A. São Paulo- SP. 2003

_____, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 1988

_____, Erving. A representação do eu na vida cotidiana; tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Editora DP&A Editora. 2001

HOLLOWAY, T. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. Nota Sobre O Sentimento De Embaraço Em Erving Goffman. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, número 68. Páginas 137-144. 2008

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia: Técnicas Corporais. São Paulo. Editora Ricardo Assis. 2003

MONJARDET, D. O que faz a polícia. São Paulo: EdUSP. 2001.

MUNIZ, Jacqueline. Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, Tese de Doutorado, 1999.

PCDF. História da Polícia Civil de Brasília: aspectos estruturais (1957 a 1995). Brasília: Polícia Civil do DF, 1988.

PINTO, Ricardo José Vieira de Magalhães. Identidade e trabalho: o eu faço construindo o eu sou. Departamento de Psicologia. Universidade de Brasília. 2002

SIMMEL, Georg. Sociologia. Colecoes Grandes Cientistas Sociais no. 34. São Paulo. Editora Atica, 1983.

SORIA BATISTA, A. Agentes Penitenciários. O trabalho de segurança como uma “Rotina que sufoca” (mimeo). Os trabalhos de cuidado. 2005

Leis, Decretos e Portarias

BRASIL. Lei 3.689/ 1941

BRASIL. Aprova o regulamento Disciplinar do Exército e dá outras providências. Decreto no. 90.609 de 04 de dezembro de 1984.

DISTRITO FEDERAL. Regulamenta o uso de uniformes da PMDF. Decreto no. 8.580 de 3 de abril de 1985.

PMDF. Portaria nº. 142. Código de Conduta e ética profissional para o Policial Militar. 15/07/1997.

PMDF. Aprova as diretrizes Gerais de Ensino e Instrução. Portaria n 416 de 28 de abril de 2004.

PMDF. Conceitua e enquadra cursos e estágios realizados no âmbito da Corporação, bem como cursos similares realizados em outra instituição militar ou civil, nacional ou estrangeira. Portaria 616 de 12 de agosto de 2008.

Páginas da internet acessadas.

DFTV. Caso NOVACAP é um dos destaques de 2009. Acessado em 10 de junho de 2011 às 10h00 no endereço eletrônico <http://participedftv.globo.com/Jornalismo/DFTV/0,,MUL871053-10044-221,00-CASO+NOVACAP+E+UM+DOS+DESTAQUES+DE.html> .

SSPDF. Prazo para enquadrar militares. Acessado em 10 de junho de 2011 às 11h00 no endereço eletrônico http://www.ssp.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=59980